

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS COMENTADORES DAS OBRAS
DE FRIEDRICH RATZEL E PAUL VIDAL DE LA BLACHE**

por

EDUARDO ZONS GUIDI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Desenvolvimento Regional e Urbano

ORIENTADOR: Ivo Sostisso

Florianópolis - março de 1995

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS COMENTADORES DAS OBRAS DE FRIEDRICH RATZEL E PAUL VIDAL DE LA BLACHE

por

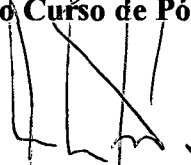
Eduardo Zons Guidi

Dissertação de Mestrado apresentada ao Colegiado
do Curso de Mestrado em Geografia da UFSC,
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e
Urbano em cumprimento parcial dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

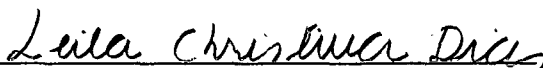
Aprovada pela Comissão Examinadora em 17 de março de 1995.



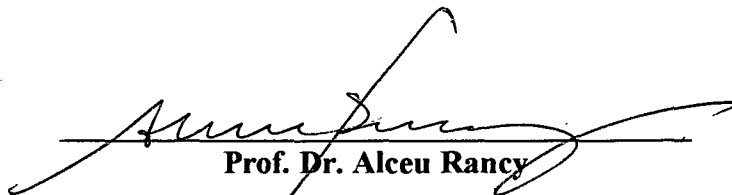
Profa. Dra. Gerusa Maria Duarte
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Geografia



Prof. MsC. Ivo Sostisso (Orientador)



Profa. Dra. Leila Cristina Duarte Dias



Prof. Dr. Alceu Rancy

Florianópolis - março de 1995.

AGRADECIMENTOS

Temos muito a agradecer:

ao professor Ivo Sostisso pela coragem em assumir a difícil tarefa de orientar este trabalho.

ao professor Alberto Cupani por sua valiosa contribuição epistemológica estimulada pelos debates sobre Thomas Kuhn.

a professora Raquel Fontes do Amaral Pereira pelas sugestões sobre formação social.

aos funcionários, professores e alunos do mestrado em geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

a Marli Terezinha Costa do Mestrado, figura fundamental para o bom andamento do mesmo.

a Shirlei Domingues pela ajuda na correção do meu português ruim.

a Valmir Volpato pela arte de transformar meus rascunhos em um texto apresentável.

aos professores Leila Cristina Duarte Dias e Alceu Rancy por participarem da banca examinadora.

a CAPES pelo apoio financeiro dado através da bolsa de estudos.

Para Lú e Bruno com carinho

Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não pára, não pára não

CAZUZA

ÍNDICE

Introdução	1
1. A Formação Social	5
1.1. A Formação Social da Alemanha	5
1.2. A Formação Social da França	10
1.3. Considerações sobre a Formação Social	13
2. O Desenvolvimento do Conhecimento Científico	17
2.1. Continuidade e Descontinuidade no Desenvolvimento do Conhecimento	17
2.2. O conceito de Revolução Científica	18
2.3. O Cerne da Questão: “Paradigmas Científicos”	20
2.4. A Teoria de Kuhn: Descritiva ou Normativa	21
2.5. A Teoria de Kuhn como Subsídio para a Compreensão da História do Pensamento Geográfico	22
2.5.1. (Interpretações Normativas da Teoria de Kuhn feita por Geógrafos)	25
2.5.2. A Utilização da Teoria de Kuhn da forma Explicativa.....	27
3. RATZEL e VIDAL	29
3.1. Friedrich RATZEL	29
3.1.1. A Antropogeografia	31
3.2. Paul Vidal de LA BLACHE	34
3.2.1. Algumas Considerações Filosóficas	39
4. Continuidade e Descontinuidade do Pensamento Geográfico	42
4.1. Uma Questão de Ponto de Vista?	42
4.2. Os Conceitos	46
5. O Positivismo e o Historicismo como Possibilidades Conceituais para uma Melhor Interpretação entre a Geografia de Ratzel e a de Vidal	49
5.1. O Monismo Positivista e a Contraposição Dualista do Historicismo.....	50
5.2. Historicismo e A-Historicismo	52
5.3. Geografia Idiográfica X Geografia Nomotética	55
6. Conclusão	57
7. Bibliografia	60

RESUMO

Durante um determinado período (1967-1983) historiadores e comentadores do pensamento geográfico fizeram ampla utilização do conceito de Paradigma de Thomas KUHN em suas análises. No período conhecido como Geografia Pragmática as interpretações acerca da noção de Paradigma tinham um caráter normativo. Em período mais recente, dentro da chamada Geografia Crítica, a noção de Paradigma passou a ser utilizada de forma interpretativa.

Procuramos constatar, através de um aprofundamento nas obras de Thomas KUHN e de alguns historiadores da Geografia, a existência de uma ruptura - no estilo Kuhniano de Paradigma - entre a geografia de Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache.

Constatamos uma certa impressão entre os comentadores tanto em relação a conceitualização de Paradigma bem como à definição do posicionamento de Ratzel e de Vidal frente a este ou aquele Paradigma.

Concluimos que as dúvidas acerca das questões epistemológicas no âmbito da ciência geográfica se perpetuou.

RÉSUMÉ

Pendant une période donnée (1967-1983) des historiens et des commentateurs de la pensée géographique ont largement employé le concept de Paradigme de Thomas KUHN dans leurs analyses. Dans la période (connue) (comme) Géographie Pragmatique, les interprétations de la notion de Paradigme avaient un caractère normatif. Dans une période plus récente, dans le cadre de la Géographie Critique, la notion de Paradigme est employée d'une manière interprétative.

Notre intention a été d'évaluer la possible existence d'une rupture - dans le style Kuhnien de Paradigme - entre la Géographie de Friederich Ratzel et celle de Paul Vidal de La Blache. Pour ce faire, nous avons réalisé une étude détaillée des œuvres de quelques historiens de la Géographie. Nous avons mis l'accent sur l'œuvre de Thomas Kuhn.

Nous avons constaté une certaine imprécision, parmi les commentateurs examinés, concernant la conceptualisation de Paradigme. De la même manière nous avons observé qu'ils ne définissent pas la position de Ratzel et le Vidal par rapport.

Nous avons conclu que les doutes à propos de questions épistémologiques dans le cadre des Sciences Géographiques existent toujours.

INTRODUÇÃO

Pode-se indagar qual a importância para os geógrafos de produzir uma pesquisa que contemple dois geógrafos ultrapassados a muito tempo? A nosso ver não seria apenas por mera curiosidade histórica ou por um romantismo nostálgico. Alegaria-se contra esta pesquisa que Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache à tempos encontram-se esquecidos e ultrapassados juntamente com outros geógrafos que marcaram o período conhecido como da Geografia “Tradicional”. Este período tradicional que se estendeu do início do século XIX - com Humboldt e Ritter - até meados do século XX, é delimitado por alguns fatores coincidentes na tradição de pesquisa relacionados principalmente com o Método. Predomínio da indução frente a dedução por exemplo. O que diferenciava as linhas de pesquisa durante o período “tradicional” foram as posturas filosóficas e ou o objeto. Racionalismo, Romantismo, Kantismo ou empirismo-raciocinado, Positivismo, historicismo, Neo-Kantismo, etc... são algumas das correntes filosóficas que influenciaram os geógrafos “tradicionais”. O objeto de estudo, que variou entre o “Estudo da superfície terrestre e a diferenciação de áreas”, passando pela relação homem-natureza, também marcou as diferenciações entre os grupos de geógrafos. Durante este período de aproximadamente 150 anos, a Geografia, através dos mais variados caminhos, desenvolveu uma quantidade apreciável de conhecimentos que permitiu a solidificação e o reconhecimento desta como ciência. Cabe destacar que deste conhecimento científico surgiu um desdobramento, que já vinha se pronunciando desde a antiguidade, a Geografia Humana. A ciência geográfica - que desde a Grécia antiga compartilhava da dualidade entre homem e natureza - dado ao grau de avanço obtido através da sistematização do conhecimento empírico e teórico, sentiu-se na necessidade de especular pelos campos do conhecimento social. O homem que era considerado como parte da natureza passa a ser considerado como um fator geográfico que participa da dinâmica terrestre. Primeiramente, como um modelador da paisagem para logo em seguida se emancipar e passar a ser o ator principal no palco terrestre. O ponta pé inicial

para esta interpretação foi dado por Carl Ritter. Mas é a Ratzel que cabem os louros pela “fundação” da Geografia Humana. Este fato foi marcado pela grandiosa obra ANTROPOGEOGRAFIA publicada no ano de 1882. Esta obra é sem dúvida o marco inicial para a trajetória da Geografia Humana. As análises feitas pelos geógrafos sobre a Antropogeografia e Ratzel fazem parte de objeto do nosso estudo.

Da mesma forma a outra parte de nosso objeto de estudo é referente a Vidal de la Blache. La Blache, ou melhor, Vidal como o chamaremos a partir daqui, pode ser considerado como o consolidador da Geografia Humana nos meios acadêmicos, além de expoente máximo de toda a Geografia desenvolvida na França a partir de então. Vidal marcou profundamente a geografia de língua latina e elevou a França a um grande centro do desenvolvimento do conhecimento geográfico.

Ratzel e Vidal foram praticamente contemporâneos permitindo-se então encontrar semelhanças, bem como também diferenças, em suas respectivas obras. Para muitos historiadores e comentadores da Geografia as diferenças entre os dois podem ser consideradas como “rupturas”. Alguns comentadores vão mais longe ao tentar identificar estas diferenças como rupturas profundas, tipo uma mudança de “paradigma”. Para outros comentadores tais diferenças não parecem ser tão marcantes a ponto de provocar uma ruptura ou mudança de “paradigma”.

Em nosso trabalho iremos discutir tal questão. Iremos tentar verificar, através das análises dos comentadores, se a Geografia de Vidal representa uma mudança de “paradigma” em relação a Geografia de Ratzel. Para esta empresa dividimos nossa pesquisa em três etapas (capítulos).

O primeiro capítulo é uma descrição da base material que permitiu aos geógrafos em questão desenvolver seu conhecimento. Descrevemos sucintamente a Formação Social

alemã para Ratzel, e a Formação Social francesa para Vidal, apontando algumas dificuldades que aparecem ao se considerar uma análise que apenas contemple este caminho.

O segundo capítulo parte do conceito de “Desenvolvimento Científico” utilizado por alguns historiadores das ciências e fixa-se em uma teoria que já foi “moda” por algum tempo, inclusive muito utilizada pelos geógrafos e que é conhecida como a teoria “das Revoluções Científicas” elaborada pelo Professor Thomas Kuhn. Mostramos rapidamente do que trata esta teoria e sua utilização em geral e especificamos como tem sido utilizada pelos geógrafos. Este capítulo é importante na medida em que proporciona a base para o entendimento de muitas das questões que vem sendo discutidas na geografia.

O terceiro capítulo, inicia com uma rápida biografia dos geógrafos em questão, enquanto os dois últimos capítulos são uma tentativa de comparação de alguns pontos que tem sido destacados pelos geógrafos como pontos de ruptura entre a Geografia de Ratzel e a de Vidal.

Agora, retornando a pergunta inicial desta introdução: qual a importância desta pesquisa?

- Podemos responder com as palavras de Karl Kautsky:

“O desenvolvimento só é progresso quando não se limita a negar ou suprimir, mas quando também conserva; é progresso quando, ao lado do que existe e merece desaparecer, também encontra o que existe e merece ser conservado. Nesse sentido o progresso consiste num acúmulo de conquistas das fases anteriores do desenvolvimento. A evolução dos organismos não é determinada exclusivamente pela adaptação, mas inclusive pela hereditariedade. As lutas de classe que determinam a evolução da sociedade humana não visam somente a destruição e a

criação como também a conquista, e desta forma igualmente visam a conservação do que existe. O progresso da Ciência, da mesma forma, seria impossível sem a tradição ou a transmissão das conquistas e a crítica da mesma. E a evolução das artes não decorre só da originalidade do Gênio que rompe as barreiras todas da tradição; deriva igualmente da compreensão das obras-primas dos mestres que o antecederam” (KAUTSKI, 1986).

1. A FORMAÇÃO SOCIAL

Para a compreensão da base material onde foi gestado o pensamento de Ratzel e Vidal, lançaremos mão do conceito de Formação Social. Este conceito será útil na medida em que permitirá distinguir as características históricas da Alemanha e França, os respectivos países de Ratzel e Vidal de La Blache.

Em seu livro Espaço e Sociedade, Milton Santos descreve a categoria de Formação Econômica e Social e suas possibilidades teóricas e metodológicas. Tomando por base autores como Sereni e Lucáks procura demonstrar que esta categoria não serve como generalização para a sociedade como um todo, mas sim para a análise científica de uma determinada sociedade e de um pensamento (SANTOS, 1982: 11). Desta forma, Formação Social resume-se em uma totalidade econômica, social, política, cultural, a qual ainda podemos acrescentar o religioso, o psicológico e outros, que expressa-se na forma do Estado-Nação (SANTOS, 1982: 11). Não iremos fazer uma discussão, neste trabalho, acerca da categoria de Formação Social, mas para aqueles que gostariam de maiores argumentações sugerimos a leitura de THOMPSON (1981) e também de RANGEL (1957).

1.1. A Formação Social da Alemanha

Alguns historiadores da Geografia costumam salientar que a Geografia moderna surgiu na Alemanha devido as características históricas na transição do feudalismo para o capitalismo (penetração tardia das relações capitalistas em relação a outros países da Europa, chegada atrasada a partilha colonial, inexistência de um absolutismo aos moldes europeus, etc...). A Alemanha no início do século XIX era na realidade um espaço

alguns reinos como Baviera, Saxônia, Worttemberg e Prússia. Estes feudos possuíam em comum a língua e alguns traços culturais mas sem qualquer unidade econômica ou política (MORAES, 1981: 44). As regiões ao Oeste eram mais desenvolvidas em indústrias e cidades enquanto o Leste era mais atrasado e despovoado contando com uma fraca urbanização (Prússia). O grande enigma, como destaca Perry ANDERSON (1984: 306) foi: “por que razão a unificação nacional da Alemanha na época da revolução industrial se realizou sob a égide política da classe agrária dos Junkers da Prússia?, como pode a região mais atrasada economicamente dominar e submeter as demais regiões e conduzir o processo de Unificação Alemão? Segundo o próprio Anderson isto só foi possível devido a “natureza interna da formação social prussiana”. Para compreender esta natureza interna da formação social prussiana faz-se necessário destacar algumas características próprias da classe dos Junkers.

Em primeiro lugar a inexistência de grandes fortunas pois não existiam grandes proprietários de terras - com exceção do monarca - mas sim médios proprietários de terras (RITTERGUT - Unidade agrícola comercial) que formavam um bloco coeso com idêntica mentalidade, ao contrário de outras aristocracias européias socialmente divididas e com divergências regionais (ANDERSON, 1984: 306). Em segundo lugar os Junkers, normalmente, moravam em suas propriedades gerindo diretamente a organização da produção, não se caracterizando o absenteísmo tradicional dos grandes proprietários de terras de toda Europa, inclusive dos outros feudos alemães.

No nível econômico, estas duas características possuem um peso importante à medida que se constata que a produção agrícola prussiana, em geral, estava voltada para o mercado - interno e externo - enquanto as relações de produção interna das propriedades mantêm-se sobre as bases do trabalho servil, trabalho este controlado sobre mãos-de-ferro. O poder econômico e político dos Junkers não permitiu o aparecimento da ameaça burguesa - pelo menos até meados do século XIX - que forçasse a venda de terras, pois são os próprios Junkers que aos poucos irão se tornando capitalistas, banindo a necessidade de uma revolução burguesa aos moldes da Europa Ocidental (MORAES, 1989: 309). Não obstante,

ainda não respondida a pergunta, por que razão é a Prússia que conduzirá o processo de unificação alemã? Temos de levar em consideração uma segunda parte da análise da formação do absolutismo prussiano.

“Sem tensões internas, dominante nas cidades, senhora de seus camponeses, a classe fundiária prussiana estava mais solidamente ligada ao seu Estado do que qualquer outra da Europa. Unidade administrativa e autonomia rural conciliavam-se de modo único neste ‘paraíso das couves’. O absolutismo Junker, edificado sobre tais fundamentos, continha em si formidável potencial expansionista” (MORAES, 1989: 311).

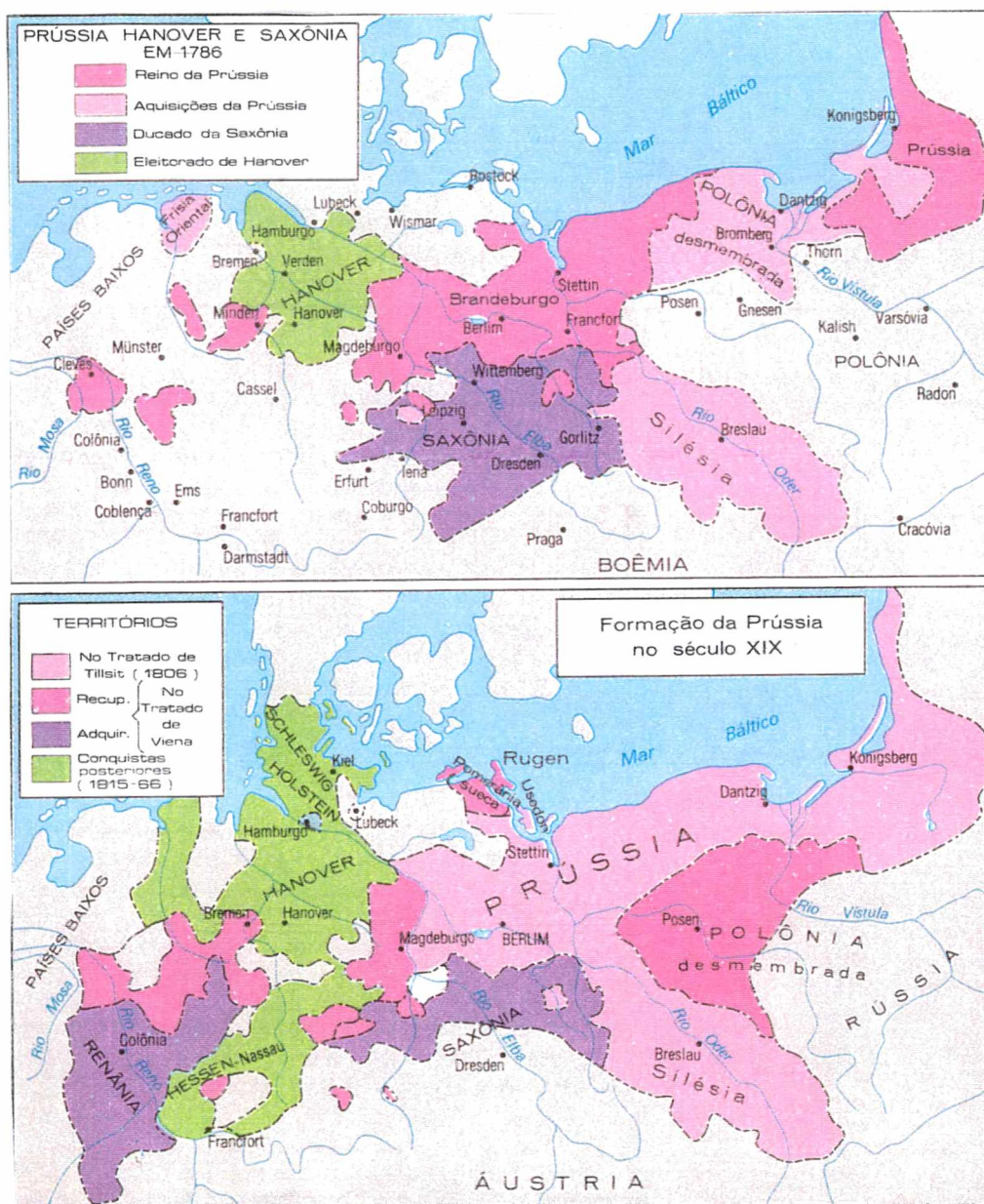
É sob o reinado de Frederico II (1740-1786) que a Prússia passa ao primeiro plano europeu. Em 1757 uma coligação encabeçada pela Áustria reuniu Rússia, França, Suécia, Saxônia e Dinamarca contra a Prússia (MORAES, 1989: 311). No entanto, a Prússia conseguiu resistir, graças a eficácia do seu absolutismo (MORAES, 1989: 311). Apesar de várias derrotas, nenhum território lhe foi tomado, significando no final da guerra (1763) um fortalecimento em relação ao conjunto dos Estados alemães.

A Prússia passou por várias reformas no começo do século XIX, tais como: reforma agrária (1810-16)¹, alargamento e modernização da educação pública - do ensino elementar até a Universidade - atualização militar - regulamentos, treinamento tático e sistema de reservistas - e ainda uma ampla reforma jurídica. Não obstante, P. Anderson assinala que o verdadeiro ponto de mudança na história do absolutismo prussiano não data das reformas, mas das aquisições que lhe levou a paz. Para impedir a Prússia de obter a Saxônia e para compensar da absorção da maior parte da Polônia pela Rússia os aliados² concederam-lhe a Renânia-Vestfália, no outro extremo da Alemanha, bem contra o desejo da corte de Berlim.

¹ Esta reforma agrária, na realidade, foi uma forma de expropriação do campesinato, pois foram eliminadas as terras comunais e o sistema de assolamento trienal. P. Anderson, p. 316. Para uma melhor compreensão deste fato veja-se KAUTSKI, K. A Questão Agrária. pp.23-34.

² Aliados contra o avanço napoleônico.

A intenção dos aliados - encabeçados pela Áustria - era, além de impedir a obtenção da Saxônia, manter o exército prussiano ocupado vigiando a fronteira - que agora lhes pertencia - contra novos possíveis ataques franceses. No entanto, este fato, trouxe como consequência uma mudança na direção do expansionismo Prussiano que até aquele momento era no sentido leste, passando para o sentido do oeste. Ver mapa a seguir.



A partir deste momento a Prússia, territorialmente mais extensa, sai em busca de seus objetivos: expansão comercial; através da união econômica, obviamente sob sua hegemonia, para tanto, impedindo a Áustria de se integrar neste sistema econômico unificado alemão; já que ela poderia criar obstáculos a ambição prussiana de formação do segundo Reich. Em 1818 a Prússia aboliu as barreiras alfandegárias internas criando o ZOLLVERBAND Prússia-Hesse-Ducal. Em 1828 são criados o ZOLLVEREIN da Alemanha do Sul Baviera-Palatinado-Worttemberg, o HANDELSVEREIN da Alemanha Central: Saxônia-Turíngia-Hesse Eleitoral, e o STEVERVEREIN: Hanover-Oldemburgo-Brunswick-Lippe (ATLAS HISTÓRICO ESCOLAR MEC, 1983).

O trabalho da Prússia consistiu na aproximação destes diferentes grupos econômicos, mantendo sempre afastada a hipótese de ingresso da Áustria; definida com a expulsão em 1866 após derrota militar frente a Prússia. Este trabalho de unificação foi completado em 1871 com a Guerra Franco-Prussiana, onde, com a derrota francesa, a Prússia anexou os territórios da Alsácia-Lorena definindo os limites do império alemão que se manteve até a derrota na Primeira Guerra Mundial. O ZOLLVEREIN foi, sem dúvida, fator elementar para a formação político-econômica da Alemanha, bem como primordial para a política da rápida industrialização, e para a generalização do desenvolvimento capitalista por todos os centros do império.

Resumindo podemos dizer sobre os Junkers que esta classe de origem agrária, nascida e criada sob o feudalismo, ditou as características da personalidade do povo alemão aproveitando-se, é claro, da ideologia do trabalho que tinha suas bases no protestantismo. Desta forma surge uma nação capitalista composta por uma burguesia reacionária e um proletariado dócil e alienado controlado por uma monarquia extremamente burocratizada que mantém uma severa repressão interna e uma agressiva política externa.

No período entre 1740, onde inicia-se o fortalecimento do absolutismo prussiano, até 1871, quando da unificação alemã, algumas questões geográficas foram cruciais para o contexto:

“A falta da constituição de um Estado nacional, a extrema diversidade entre os vários membros da confederação, a ausência de relações duráveis entre eles, a inexistência de um centro organizador do espaço ou de um ponto de convergência das relações econômicas conferem à discussão geográfica uma relevância espacial, para as classes dominantes da Alemanha, no início do século XIX. Temas como domínio e organização do espaço, apropriação de território, variação regional, estarão no ordem do dia na prática da sociedade alemã de então” (MORAES, 1981: 46).

Foi envolvido nestes sentimentos e necessidades que Friederich Ratzel construiu sua proposta de Geografia Humana, o qual, segundo vários comentadores e críticos, tem sido acusado de ter construído uma Geografia que legitimava o projeto expansionista alemão.

1.2. A Formação Social da França

A França, de forma distinta da Alemanha, gozou de um Absolutismo extenso e desenvolvido, que foi considerado por vários historiadores como o grande modelo absolutista para a Europa. A França não enfrentou problemas internos de fusão de reinos díspares política e culturalmente como a Alemanha. O absolutismo atingiu seu ápice com Luís XIV que promoveu diversas reformas no período compreendido entre o final do século XVII e início do século XVIII (ANDRESON, 1984: 109). Neste mesmo período crescia nas

idades uma burguesia comercial e que sabiamente foi integrada ao Estado feudal através do mecanismo descrito a seguir:

“A compra de cargos representava na verdade um investimento tão lucrativo que o capital perpetuamente se afastava da especulação na manufatura e no comércio para uma colusão de usura com o Estado Absolutista. Sinecura e gratificações, obrigações e empréstimos, honra e bônus, tudo afastava da produção a riqueza da burguesia” (ANDERSON, 1984: 116).³

No ano de 1788 a dívida pública era tão grande - fomentada pelos juros - que o Estado, através dos ministros das finanças, lança um imposto predial sobre a nobreza e o clero, que no entanto, provocou uma crise que culminou com a queda dos ministros da área econômica (ANDERSON, 1984: 126) e a revogação da lei que implantava tal imposto.

A crise fiscal somada a uma escassez de alimentos espalhou o desemprego e a miséria popular na França. É neste quadro que a burguesia com o apoio popular derrubou o Absolutismo através da famosa Revolução Francesa.

A Revolução Francesa ocorreu devido as crises nos níveis econômico, social e político.

A crise econômica de características complexas foi marcada por vários fatores convergentes. O crescimento demográfico e o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo que entravam em choque com a ordem feudal. A crise agrícola devido as péssimas colheitas ocasionadas por problemas climáticos. Somou-se a isto um desastroso

³ “Foi criado um ambicioso programa mercantilista para acelerar o crescimento da manufatura e do comércio (...) foram fundados novas indústrias com subvenção real (têxtil, vidros, tapeçaria, ferragens e estaleiros)”.

tratado comercial com a Inglaterra que assegurava baixas taxas de importação aos tecidos e produtos metalúrgicos ingleses em troca de tarifas preferenciais ao vinho francês exportado para a Inglaterra. Este tratado acarretou em falências e desemprego para a indústria manufatureira francesa (AQUINO, 1978: 146).

A crise social devido a estrutura dos três “estados”; o Clero, a Nobreza e o Povo que comportava várias classes e que através do comando da Burguesia se contrapôs aos privilégios das classes parasitárias.

A crise política gerada pela incapacidade do Estado absolutista em empreender as reformas necessárias estava ligada a uma luta interna da própria nobreza aristocrática.

Não caberia, no momento, traçar a história da Revolução Francesa, já que é bastante conhecida. Mas gostaríamos de lembrar que esta revolução foi iniciada pelo povo e apoiada pela burguesia. Entretanto, no momento em que ela passou a tomar uma forma radical, através das “mãos” da pequena burguesia representada pela figura de Robespierre, ocorre o golpe conhecido como o “Nove do Termidor” onde a alta burguesia toma o poder afastando o perigo radical. A partir de então a revolução tomou o caminho de implantação definitiva do capitalismo sobre as bases do liberalismo econômico (*laissez-faire*).

A França entra então num período de Revolução Industrial. O nascente capitalismo francês torna-se ameaça econômica para Inglaterra o que levou a mover uma guerra sistemática contra a França através da ajuda de alguns reinos fortes como a Áustria a Prússia e a Rússia. O bloqueio continental decretado por Napoleão Bonaparte teve como objetivo favorecer o consumo de produtos franceses, livres da concorrência inglesa (AQUINO, 1978: 149).

Para finalizar esta parte podemos dizer que a Revolução Francesa foi a mais bem sucedida revolução burguesa mundial. Este fato é importante no sentido de demonstrar a

grande diferença na transição para o capitalismo entre a França e a Alemanha. Enquanto a França fez uma transição de baixo para cima, isto é, partindo do povo a destruição dos laços feudais, a Alemanha empreendeu um caminho inverso de cima para baixo onde a Aristocracia Junker teve papel preponderante em tal transição. Este fato nos aponta que as formações sociais entre a Alemanha e França são totalmente distintas o que poderia caracterizar diferenças entre a Geografia de Ratzel e a de Vidal de La Blache.

1.3. Considerações sobre a Formação Social

Uma consideração a ser feita relaciona-se as influências do meio social ligadas à questão de classes.

Durante o século XIX, na Alemanha, as Universidades tornaram-se um reduto burguês. Cabe lembrar que não é a burguesia que está no comando político, mas sim a aristocracia dos vários feudos. Não obstante, não parece haver um conflito, ao molde francês, entre burguesia e Aristocracia; pelo menos até a unificação os interesses entre estas duas classes se mantêm em reciprocidade⁴. As diferenças entre a Burguesia e a Aristocracia situava-se, principalmente, no nível cultural. Enquanto na corte seguia-se a tendência européia ditada pelo reino da França, inclusive da nobreza falar francês, as classes baixa e média falavam o alemão (MARTINS, 1994: 25). Este fato tem como consequência uma distinção cultural muito forte, pois enquanto a Aristocracia era culturalmente ligada a cultura francesa o que levou ao encontro das idéias iluministas, tinha-se por outro lado o desenvolvimento da cultura popular bem como de uma filosofia desenvolvida nas Universidades que distanciava-se do iluminismo francês e que ficou conhecida como o Romantismo alemão. Ao contrário da França que mantinha um centro cultural - Paris - que

⁴ Esta reciprocidade não é assim tão verdadeira, muito menos homogênea por toda a Alemanha. Não saberíamos precisar se a reciprocidade se deu por interesses ou por repressão e simples obediência.

reunia praticamente toda a “intelligentsia” européia, a Alemanha desenvolve, de forma isolada pelos espaços do futuro império, uma intelectualidade que já em meados do século XIX domina as ciências e a filosofia. É a força de um Kant, de um Hegel, de um Schelling, entre tantos que se poderia citar, que transformaram a Alemanha na potência cultural do fim do século XIX. Entretanto, é bom lembrar que desta maneira a formação cultural alemã desenvolveu-se de forma dicotômica; por um lado a nobreza que decidia politicamente e seguia uma tendência francesa, por outro lado, a intelectualidade de classe média refugiada nas Universidades e que, de forma isolada, buscava o saber. O choque entre as idéias da nobreza e da intelectualidade alemã já era nítido no início do século XIX, mas é a partir da Unificação que o ideário burguês - por motivos econômicos é claro - conflituam com os da classe dirigente que mantém raízes feudais e agrárias.

Podemos utilizar o exemplo de Ratzel para ilustrar tal questão.

“Paralelamente às atividades acadêmicas, é em Munique que Ratzel inicia seu engajamento nas questões políticas contemporâneas. No ano de 1870 o geógrafo pertencera a um pequeno, mas crescente grupo convencido de que a recente criação do império alemão unificado na Europa não era suficiente para garantir a sobrevivência da nação como um potência mundial competitiva. Para tanto, defendia a aquisição de colônias além-mar por parte da Alemanha. A fim de popularizar essa questão e convencer o governo, inicialmente relutante em aceitar essas idéias, formavam-se ligas defensoras da política colonial expansionista. Uma delas, a Associação de Munique para a defesa dos interesses Alemães no Exterior é fundada por Ratzel em 1878” (MARTINS, 1994: 47-48).

Foi sublinhado por nós que o governo alemão era inicialmente relutante em aceitar uma política de aquisição de colônias. Ratzel via nesta expansão - como os capitalistas

alemães - uma fonte de matérias-primas para a crescente indústria, bem como a possibilidade de abertura de novos mercados para os produtos alemães. Mas também percebia uma possibilidade da criação de novas correntes migratórias já que a Alemanha vinha passando por um brutal processo de expropriação do campesinato devido ao avanço das relações capitalistas no campo.

Não nos resta dúvidas sobre as evidências da conduta política de Ratzel expressa em sua atuação militante. Entretanto, este fato não aparece de forma muito nítida em seus escritos de Geografia humana. Por exemplo, tentar dizer que a teoria de Ratzel acerca da organicidade do Estado, região ou espaço, estava ligada a ideologia expansionista alemã peca contra as mais evidentes e claras provas das influências de Darwin, Haeckel e Wagner, bem como de todo o biologismo marcante nas ciências do século XIX dos quais Ratzel não poderia escapar.

Apesar do reconhecimento da importância de tal discussão foge de nossos objetivos saber se Ratzel defendia ou não o expansionismo bismarkiano pois tal fato, em nosso entendimento, nada contribui para a identificação de diferenças entre a Geografia de Ratzel e a de Vidal. O exposto acima trata-se puramente de uma crítica mal fundamentada feita por Vidal e outros franceses e que culminou com a célebre consideração, por parte destes, de uma geografia ratzeliana de cunho determinista (BERGEVIN, 1992). Lembramos que, em capítulo posterior, expomos que em momento algum Vidal vai discordar da idéia ratzeliana de organismo terrestre - idéia aliás oriunda de Ritter - mas pelo contrário, concorda inclusive citando Ratzel logo no início de seu “Princípios de Geografia Humana”.

“Cada vez mais se reforçou a noção de factos gerais ligados ao organismo terrestre e, com justificada razão, F. Ratzel insiste nesta concepção, que lhe serviu de pedra angular na sua antropogeografia”
(BLACHE, 1952: 30).

As influências materiais - formação social - sobre o desenvolvimento das idéias de um determinado cientista apesar de instigante sofre pela falta de um embasamento teórico que permita aprofundar a análise sob esta perspectiva. Entre todos os historiadores ou comentadores da Geografia, por nós analisados, constata-se apenas a rápida consideração feita por MORAES (1981) e uma única argumentação com fundamentação teórica que foi elaborada por HARVEY (1980), e que infelizmente, segundo nosso entendimento, incorre no erro de ter sido utilizada com fins normativos e não explicativos, questão a qual iremos abordar no próximo capítulo.

Desta forma, chegamos a conclusão que a Formação Social como método de análise necessita previamente de um conhecimento profundo da história de determinada sociedade a qual pertença o cientista em questão, bem como de uma grande e ampla análise das obras do analisado. Esbarramos no segundo ponto, principalmente, pela dificuldade em encontrar obras de Ratzel em língua de nosso domínio. Ao mesmo tempo em que não encontramos análises, feita por comentadores destes dois geógrafos - principalmente Ratzel - que permitissem tais aprofundamentos.

Podemos estar errando por falta de conhecimento teórico e também empírico. Talvez por inabilidade esteja nos escoando o fio condutor para tal empresa. Para não continuarmos tateando no escuro passaremos nossa análise para um caminho mais conhecido: o do desenvolvimento das idéias.

Cabe ressaltar, dentro da ótica da formação social, o papel da guerra franco-prussiana (1870) que acabou ocasionando o desenvolvimento da geografia francesa como foi muito bem interpretado por MORAES (1981: 63-64).

2. O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

2.1. Continuidade e Descontinuidade no Desenvolvimento do Conhecimento

Por longo tempo a história e a filosofia das ciências fundamentaram-se na idéia de um desenvolvimento linear e acumulativo do conhecimento científico. Desta forma, as interpretações daí decorrentes, colocaram as substituições de uma teoria por outra, como uma busca na aproximação da verdade. Se a teoria estava sendo substituída era devido à incapacidade em trazer contribuições para a compreensão da realidade, sendo assim descartada e conforme o caso, passava a ser considerada como não científica. Grosso modo, esta era a regra na história e filosofia das ciências.

Em meados deste século, alguns epistemólogos e historiadores da ciência de forma sistemática criticaram tais posições, tecendo novos rumos para análise interpretativa da evolução do conhecimento científico. Como exemplo de tal empresa podemos citar, entre outros, os nomes de Gaston Bachelard, Alexandre Koyré e Thomas Kuhn. Estes autores introduziram conceitos fundamentais que alimentaram a discussão sobre o desenvolvimento do conhecimento científico tais como: “cortes epistemológicos” - Bachelard, “mutações decisivas” - Koyré, e “revoluções científicas” - Kuhn. No presente trabalho, privilegiaremos uma destas propostas; a de Thomas Kuhn e seu conceito de revolução científica. Os motivos deste privilégio podem ser resumidos em dois pontos principais:

1. Há algum tempo os geógrafos vêm ressaltando processos de rupturas no desenvolvimento do conhecimento geográfico.
2. Grande número de geógrafos têm se baseado no conceito de “paradigma” de Thomas Kuhn em defesa de suas idéias.

2.2. O Conceito de Revolução Científica

Originalmente o termo revolução científica foi utilizado para designar um único evento ocorrido durante os séculos XVI e XVII que deu lugar à ciência moderna (BROWN, 1984). Esta concepção, no entanto, foi discutida, ampliada e refutada por vários filósofos e historiadores da ciência durante este século. Como por exemplo:

“ El desarrollo científico depende en parte de un proceso de cambios no acumulativos, es decir, se trata de un proceso revolucionário.” (KUHN, 1977: 17).

Como podemos ver, KUHN rompe, “em parte”, com a crença em um desenvolvimento linear e acumulativo das ciências. Além do mais, ele procurou ampliar o sentido do conceito de Revolução Científica utilizando-se no plural - Revoluções Científicas - tornando-o assim mais abrangente. Desta forma, o conceito permite atingir as rupturas de pequena e grande intensidade, pois tais episódios podem ser revolucionários para toda a ciência, para determinadas comunidades científicas ou apenas para um pequeno grupo:

“Algunas revoluciones son grandes, como las asociadas con los nombres de Copérnico, Newton o Darwin, pero en su mayoría son mucho más pequeñas, como el descubrimiento del oxígeno o del planeta Urano” (KUHN, 1977: 17).

A constatação do fato das revoluções científicas serem mais frequentes do que se imaginava, é sem sombra de dúvida, um dos pontos mais originais, e ao mesmo tempo um dos mais polêmicos de sua concepção da história da ciência.

Para entendermos melhor o conceito kuhniano de “revoluções científicas” temos que nos ater à alguns fatos por ele colocados, como: A ciência, apesar de ser praticada por indivíduos, tem como resultado líquido o conhecimento que é produto de grupos e que só pode ser compreendido através da natureza especial destes grupos (KUHN, 1977). Portanto, o caráter revolucionário para quem? (KUHN, 1979), já que a revolução é uma espécie de mudança envolvendo um certo tipo de reconstituição dos compromissos de grupo (KUHN, 1990). Mas durante uma evolução científica não são só os compromissos de grupo que mudam; mudam também algumas relações de similaridades. “Objetos que estavam antes agrupados no mesmo conjunto agrupam-se depois em conjuntos diferentes e vice-versa” (KUHN, 1990). Como consequência se dá uma “incomensurabilidade”, pois segundo ele:

“A comparação ponto por ponto de duas teorias sucessivas exige uma linguagem em que pelo menos as consequências empíricas de ambas possam ser traduzidas sem perda nem alteração (...) Na transição de uma teoria para a teoria seguinte as palavras alteram seus significados ou condições de aplicabilidade de maneiras sutis. Conquanto a maioria dos mesmos sinais seja usada antes e depois de uma revolução - como, por exemplo, força, massa, elemento, composto, célula - os modos com que algumas se ligam à natureza modificaram-se um pouco. Por isso dizemos que as teorias que se sucedem são incomensuráveis” (KUHN, 1979: 329).

Este é outro ponto original e revolucionário para a história e filosofia das ciências. E é claro, extremamente polêmico, já que exorciza a existência de um vocabulário básico e neutro para as ciências.

2.3. O Cerne da Questão: “Paradigmas Científicos”

O que mais causou polêmica entre os críticos de KUHN foi a utilização do termo “Paradigma”. Este termo define um conjunto de atuação integrada entre os cientistas que o compartilham e que define o período reconhecido como “ciência normal”. Grande parte da crítica à Kuhn gira em torno da utilização deste termo e de suas diversas interpretações. Ele próprio reconheceu que sua definição de paradigma era um tanto ambígua, podendo a palavra ser entendida, em determinadas passagens, como referida às formas estandarizadas de resolver problemas selectos nas ciências naturais. Em outros momentos ela define os livros clássicos onde apareceram pela primeira vez os exemplos aceitos, ou ainda, o conjunto de compromissos compartilhados pelos membros de uma determinada comunidade científica (KUHN, 1977).

Entretanto, segundo KUHN, todos os objetos de compromisso descritos em seu livro como paradigmas, partes de paradigmas ou paradigmáticos encontrariam lugar no que KUHN prefere denominar de “matriz disciplinar”: “matriz, por constituir em elementos ordenados que requerem especificação individual, e disciplinar por ser comum aos que praticam uma disciplina especificada” (KUHN, 1979: 335). Esta sua modificação estaria ligada a uma certa perda do controle da palavra “paradigma”.

KUHN afirma que a ciência progride tanto por uma tradição intelectual - a vigência de um paradigma - que seriam os momentos de ciência normal onde o progresso se faz por acumulação, como também por rupturas profundas - revoluções - onde haveria uma mudança nos compromissos e na visão de mundo. Para KUHN a ciência normal poderia ser comparada à resolução de quebra-cabeças, onde os cientistas teriam de antemão a idéia da imagem a ser construída tratando-se de juntar as peças para compô-la.

Entretanto, vez por outra, os cientistas deparam-se com “anomalias” que são problemas não solucionáveis pelo paradigma imperante. Dependendo da profundidade e extensão da anomalia, algum cientista pode encarar tal fato como a impossibilidade do paradigma, em solucionar os problemas concretos levantados pela pesquisa científica. Neste caso, ou o cientista coloca o problema de lado acreditando que tal não é relevante e volta à tradição e aos compromissos de seu grupo, ou então abandona o paradigma, mergulhando à fundo na busca de um novo.

2.4. A Teoria de KUHN: Descritiva ou Normativa

Segundo FEYERABEND (1979: 246), vários cientistas sociais têm assinalado que transformaram seu campo em ciência graças a prescrições de KUHN.

Ao que KUHN responde:

“Se, como sugere Feyerabend, alguns cientistas sociais me atribuem o parecer de que podem melhorar o status do seu campo legislando primeiro um acordo no que tange aos seus aspectos fundamentais e depois se entregam à solução de enigmas, estão interpretando de maneira muito errônea o meu ponto de vista (...) Como acontece no desenvolvimento individual, acontece no grupo científico: a maturidade vem mais seguramente para os que sabem esperar” (KUHN, 1979: 302).

Entretanto ele não nega o caráter de sua teoria:

“Cada uma das ciências atualmente estabelecidas emergiu de um ramo anteriormente mais especulativo da filosofia natural, da medicina ou dos ofícios num período do passado relativamente bem definido. Outros campos experimentarão por certo a mesma transição no futuro. Só depois que ela ocorre, o progresso se torna característica óbvia de um campo. E só então minhas prescrições, que meus críticos censuram, entram em ação” (KUHN, 1979: 303).

Podemos notar que KUHN não nega certo caráter prescritivo a sua teoria, pois ele faz distinção entre ciências maduras e ciências em vias de amadurecimento.

No caso da Geografia seria necessário, então, verificar a possibilidade de estarmos falando de uma ciência madura. Esta foi a tendência durante a década de 1970 entre os geógrafos, como veremos a seguir.

2.5. A Teoria de KUHN como Subsídio para Compreensão da História do Pensamento Geográfico

Já foi visto anteriormente que KUHN interpreta a evolução da ciência através das revoluções científicas originadas pelas mudanças de “paradigma”. Toda sua análise deteve-se no desenvolvimento das ciências naturais; física, química, astronomia, biologia, geologia, etc.

Neste trabalho partimos do seguinte questionamento: em que medida a interpretação Kuhniana sobre a evolução da ciência, através das mudanças de paradigma, pode servir para

uma análise do desenvolvimento das ciências humanas e em particular da história do pensamento geográfico?

Podemos constatar que os geógrafos, há mais de três décadas, vêm utilizando o conceito de paradigma para caracterizar determinados períodos desta ciência.

“Unas veces se aplicaba esta expresión a la obra ejemplar de un geógrafo influyente (como Ratzel, Vidal de La Blache, Hettner e Davis, por ejemplo). Otras, a teorías como la de los lugares centrales de Christaller. Más frecuentemente, a concepciones Geográficas generales tales como el ambientalismo, la tendencia ‘regional’, el análisis espacial, etc., ... o a marcos filosóficos dentro de los cuales podría haberse realizado el trabajo de los geógrafos, como el ‘paradigma marxista’ por ejemplo” (CAPEL, 1983: 10).

Tanto CAPEL (1983) quanto JOHNSTON (1986) assinalaram que a noção de paradigma tem sido utilizado pelos geógrafos de duas maneiras distintas. Durante o período conhecido como “Geografia Teorética” foi utilizada de forma normativa para afirmação do caráter revolucionário das técnicas quantitativas de análise espacial.

Mas tarde, durante o período de renovação geográfica conhecido como “Geografia Crítica”, tal noção passou a ser utilizada de forma descrita na interpretação de vários períodos de evolução de pensamento geográfico, como foi assinalado por CAPEL na citação anterior.

Em ambos os casos, tem nos parecido que o uso desta teoria foi feito de forma descuidada e pouco crítica. Esta constatação parte da premissa de que a aplicação de uma teoria como esta, que suscitou um dos debates mais intensos entre filósofos e historiadores da ciência resultando em uma grande quantidade de colóquios, simpósios, livros, revistas,

comunicações, textos, disputas, etc., deveria estar apoiada na farta bibliografia que ela originou. Entretanto, quando analisamos os textos dos geógrafos que contemplam a perspectiva Kuhniana, seja de forma normativa ou descritiva, tanto à favor ou contra esta teoria, verificamos citado somente o livro “A Estrutura das Revoluções Científicas” que a nosso ver é livro básico, mas não suficiente para entendermos a teoria de KUHN em toda a sua complexidade.

Como afirma JOHNSTON:

*“Em geral, o uso das idéias kuhnianas tem sido feito com pouca consideração quanto aos debates que elas têm estimulado em toda a comunidade acadêmica anglo-americana. Muitos geógrafos baseiam-se na primeira edição, de 1962, da obra *The Structure of Scientific Revolutions*; eles parecem não estar conscientes quer do fato de que o uso indefinido do termo ‘paradigma’ em seu livro tornou-se suscetível a uma ampla variedade de interpretações incompatíveis (SUPPE, 1977a: 137), que de que os pontos de vista de KUHN têm sofrido uma diminuição aguda de sua influência sobre a filosofia da ciência contemporânea (SUPPE, 1977a: 647). O próprio KUHN (1977) reexaminou substancialmente suas idéias” (JOHNSTON, 1986: 282).*

Os geógrafos deveriam, sem sombra de dúvida, ter prestado mais atenção ao fluxo e refluxo das críticas à KUHN, mais atenção também às defesas e argumentações dele e de seus partidários.

Não obstante, os geógrafos, no afã de teorização a que vinha sendo submetida a Geografia, partiram para uma simplificação da teoria, o que de certo modo sugere um certo grau de inclinação ao falseamento da teoria devido à carência de crítica. Dizendo de outro modo, procuravam adequar a teoria às suas necessidades. De nosso ponto de vista, o

caminho inverso parece o mais correto: verificar a possibilidade da história da Geografia se adequar a esta teoria.

2.5.1. Interpretações Normativas da Teoria de KUHN feita por Geógrafos

Entre os trabalhos dos geógrafos onde a teoria de KUHN tomou a forma normativa, os mais importantes são de CHORLEY e HAGGETT (1967) e HARVEY (1973).

No texto Modelos, Paradigmas e a Nova Geografia, CHORLEY e HAGGETT procuravam fortalecer a corrente neo-positivista que buscava a hegemonia dentro da comunidade geográfica. Produziu-se um discurso para justificar a utilização, em larga escala, de modelos, partindo da convicção de que a relevância de um fato só pode ser determinado com base em um arcabouço teórico e chegando à conclusão que o melhor arcabouço seria a construção de modelos. Esta preocupação com o teórico teve como base a primeira crítica da Nova Geografia à Geografia Tradicional - a falta de teorização.

A idéia de modelos, para estes dois autores baseava-se em SKILLING (1964) que sustentava que um modelo pode ser uma teoria, uma lei, uma hipótese ou uma idéia estruturada. Pode ser uma função, uma relação ou uma equação. Pode ainda ser uma síntese de dados. Uma característica fundamental do modelo aparece ligada a uma segunda crítica à Geografia Tradicional: a construção de modelos implica numa atitude altamente seletiva em relação às informações. Outro aspecto importante ressaltado nesta posição refere-se a uma terceira crítica à Geografia Tradicional: os modelos são generalizadores, enquanto a Geografia Tradicional mantinha uma tradição ligada às singularidades, ou seja, enquanto a Nova Geografia apresentava uma visão nomotécnica, a Geografia Tradicional apresentava uma visão idiográfica. É com base nestas críticas que CHORLEY e HAGGETT tentaram provar que a utilização de modelos em Geografia constituía um novo paradigma.

Para estes autores, os paradigmas podem ser considerados:

“(...) como modelos estáveis de atividade científica. São em certo sentido modelos em escala ampla, mas diferem dos modelos no sentido usado (pelos autores) acima porque: (1) raramente são formulados tão especificamente; e (2) tratam-se de modelos de busca do mundo real em vez de seu próprio mundo. Os cientistas cuja pesquisa se baseia em paradigmas comuns estão empenhados nos mesmos problemas, regulamentos e padrões, isto é, formam uma comunidade contínua dedicada a uma tradição particular de pesquisa. Num sentido então, os paradigmas podem ser considerados aqui como ‘supermodelos’ dentro dos quais são colocados os modelos em escala menor” (CHORLEY e HAGGETT, 1974: 8).

Por fim, CHORLEY e HAGGETT concluem que para um paradigma ser eficiente deveria: (1) ser capaz de solucionar pelo menos alguns dos problemas que levaram o antigo ao ponto de crise; (2) ser capaz de se elevar acima da maré de informações e abrir caminho confiante e rapidamente para dentro de novas áreas de dados; (3) apelar para o senso dos usuários, do que é elegante, apropriado e simples; (4) conter maior potencial de expansão do que o anterior.

Este ponto de vista vai muito de encontro as idéias de KUHN com respeito às características dos paradigmas.

O outro autor que fez uso da teoria dos paradigmas foi David HARVEY. Porém, ao contrário de CHORLEY e HAGGETT, HARVEY questionou as idéias kuhnianas no que diz respeito ao surgimento das anomalias, de como estas geram crises e do modo como um paradigma se torna aceitável. Para entendermos suas preocupações seria bom lembrar que a apenas três anos do lançamento de seu clássico livro Explanation in Geography (1969), ele

lança o polêmico livro A Justiça Social e a Cidade (1973), que logo tornou-se marco da Geografia Crítica mundial. Neste livro, HARVEY apresenta sua transição do neo-liberalismo para o materialismo histórico. Neste momento, para defender sua nova postura ideológica e científica, utiliza KUHN ao considerar-se um revolucionário no âmbito da Geografia como “criador” de um novo paradigma, sem especificar, no entanto, seu conceito de paradigma.

A crítica de HARVEY é de que KUHN abstraiu deste conhecimento a base materialista oferecendo deste modo apenas uma visão idealista. Para ele, a base materialista do avanço do conhecimento científico foi pesquisada por BERNAL (1971). Assim HARVEY chega a conclusão que para as ciências naturais a noção de paradigma *“baseia-se na extensão da habilidade do homem em manipular e controlar naturalmente o fenômeno, enquanto que para as ciências sociais é o desejo de manipular e controlar a atividade humana e os fenômenos sociais no interesse do homem”* (HARVEY, 1980: 107).

A esta lista de geógrafos que utilizaram-se das propostas kuhnianas podemos ainda acrescentar os nomes de Paul VILLENEUVE (1974), Brian BERRY (1975) e Milton SANTOS (1980), que da mesma forma, fizeram uso de forma normativa, da teoria de KUHN.

2.5.2. A Utilização da Teoria de KUHN de forma Explicativa

Nos últimos anos os geógrafos têm se debruçado sobre a história da disciplina. De meados da década de 70 até inícios dos anos 90, a quantidade de trabalhos relacionados a tal tema, superaram em muito, toda a produção anterior¹. Este interesse relativamente recente, veio unido à grande crise instalada após o surgimento da Geografia Crítica. Esta corrente

¹ Não que a produção anterior não tenha sido de boa qualidade.

passou a questionar conceitos, teorias, métodos e posicionamentos políticos e filosóficos empregados pela Geografia até então. Os próprios historiadores da Geografia passaram a procurar teorias que permitissem ampliar o conhecimento da evolução da ciência geográfica. Nesta esteira apareceram trabalhos feitos com base em FOUCAULT, BACHELARD, POPPER, LAKATOS, FEYERABEND e KUHN. Com relação aos que utilizaram-se de KUHN podemos citar: CAPEL (1983), ESTEBANÉZ (1983), JOHNSTON (1986), STODART (1982), MENDONZA (1982), QUAINI (1983), GRANO (1982).

Para ESTEBANÉZ (1983), por exemplo, o modelo kuhniano pela sua simplicidade e pela utilização de forma normativa atraiu uma série de geógrafos durante o período da “Nova Geografia”. Entretanto, este modelo pode servir a um propósito explicativo, principalmente se considerarmos os “paradigmas” numa visão de “exemplares” no sentido proposto por KUHN. Desta forma, para ESTEBANÉZ (1983), toda as correntes filosóficas em Geografia originadas em alguma grande obra - exemplar - podem ser consideradas Paradigma. Teríamos assim o “Paradigma Determinista”, o “Possibilista” ou “Regional”, o Paradigma Positivista” e o “Paradigma Ponte”.

Por outro lado, JOHNSTON (1986) procurou mostrar que o emprego do modelo kuhniano feito pelos geógrafos é superficial, descuidado e acrítico. Apesar de ceder várias páginas de seu livro Geografia e Geógrafos, para discutir a teoria de KUHN, acaba por considerá-la pouco útil para melhorar as interpretações da história do pensamento geográfico.

3. RATZEL e VIDAL

3.1. Friedrich Ratzel (1844-1904)

Este cientista pode ser considerado o expoente máximo de uma tradição geográfica que vinha se edificando na Alemanha desde fins do século XVIII. Descendente direto do conhecimento geográfico fundado em Immanuel Kant, Alexander von Humboldt e Karl Ritter, Ratzel soube aproveitar de forma genial desta sua condição, construindo uma obra de grande criatividade e profundidade repleta de idéias, inclusive idéias bastante revolucionárias no âmbito da geografia de fins de século. Jean Brunhes assinalou que a grandeza de Ratzel não esteve ligada ao desenvolvimento de uma disciplina metódica mas sim à criação de idéias (TATHAN, 1960: 574). Ratzel não se contentou em apenas assimilar teorias e métodos de seus antecessores; ao ampliar e aperfeiçoar tais teorias e métodos acabou desenvolvendo a Etnografia, a Biogeografia, a Antropologia, a Geografia Política e a Geografia Humana. Forneceu ainda elementos para outras disciplinas como a Botânica e a Zoologia. Dedicou-se à Geografia à semelhança de Humboldt, visando e mantendo contato direto com a realidade. Teve o que se poderia chamar de uma formação completa, estudou nas Universidades de Heidelberg, Jena e Berlim o que lhe permitiu contato direto com os mais importantes pensadores da época. Em Jena estudou Zoologia com Haeckel, o fundador da Ecologia que teve grande influência em algumas de suas idéias. No ano de 1869 ele publicou “Ser e devir do mundo orgânico” onde resumia o essencial da doutrina de Darwin, obra de escassa ressonância devido à coincidência da publicação da “História Natural das Criações” de Haeckel (CLAVAL, 1974: 52). O contato com os naturalistas fecundou a base de algumas de suas teses, como a interpretação do Estado através de uma visão orgânica ou a redução do objeto da Geografia Humana ao estudo da relação homem-meio. Entretanto, não conseguimos encontrar em suas obras passagens que expressem de forma

(CLAVAL, 1974: 53). Muito pelo contrário, nota-se um compromisso maior com Ritter, do qual extrai grande parte das noções e conceitos, mantendo desta forma uma preocupação espacial aos moldes de antigo mestre da Geografia. A Geografia ratzeliana tem a preocupação de mostrar as funções da continentalidade e da maritimidade sobre o destino dos povos, o que o mantém dentro da tradição geográfica, embora seu trabalho não se resume a isso.

De suas viagens pela Europa surge a publicação de “Viagens de um Cientista Natural” (1874) e da grande e longa viagem a América do Norte escreveu “Desde o México: Esboço da Viagem dos anos 1874 e 1875” (1878), “Imagens das Cidades e da Cultura de Norte-América” (1876) e “Os Estados Unidos da América do Norte” em dois volumes (1878-80). No início da década de 1880 encontramos um Ratzel maduro, que devido às suas viagens e estudos pode entrar em contato direto com os mais variados povos e seus costumes, os quais serviram de substrato para o desenvolvimento da sua obra maior “Antropogeografia ou Elementos de Aplicação da Geografia à História” (1882). Este primeiro volume foi escrito em Munich onde ainda escreveu “Etnologia” (três volumes, 1885, 86 e 87). O segundo volume da Antropogeografia, foi escrito em Leipzig em cuja universidade passou a ocupar a cátedra de Geografia que havia pertencido anteriormente a Peschel e Richthofen, dois dos mais renomados geógrafos alemães. Este segundo volume tem como título “Antropogeografia. A Distribuição Geográfica dos Homens” (1891). Mais adiante discutiremos parte do conteúdo desta obra. Na continuação escreveu ainda “A Terra e a Vida. Uma Geografia Comparada” (1901-02). Sua última grande obra foi a “Geografia Política ou Geografia dos Estados, do Comércio e da Guerra” (1903). Porém antes havia tido ocasião de expor seu conceito de “espaço vital” em seu “O Espaço Vital. Um Estudo Biogeográfico” (1901) (CAPEL, 1983: 280). Além destes livros, Ratzel escreveu outros que não estamos citando, mais uma série de artigos científicos e jornalísticos, segundo Moraes (1991: 29). Apesar da grandiosa obra, poucas foram as traduções para outras línguas, o que representa, por parte dos geógrafos, uma grave negligência em relação a apreciar as

possibilidades teóricas advindas de outros países, fato aliás muito corriqueiro até os dias atuais.

3.1.1. A Antropogeografia

Como já foi salientado, a Antropogeografia foi escrita em dois volumes (1882-91). O primeiro volume, que tem como subtítulo “Princípios de Aplicação da Ciência Geográfica à História”, procura mostrar como a distribuição do homem na terra fora mais ou menos controlada pelas forças naturais. Era, segundo Ratzel, uma reiteração do tema exposto por Ritter em sua “ERDKUNDE” mas desenvolvido de acordo com o método científico recém estabelecido (TATHAN, 1960: 575).

“(...) a geografia do homem tem em comum com as ciências naturais o método científico, ela ordena sua matéria do mesmo modo que estas, como base em classificações, e chega às conclusões pela via das comparações” (in: MORAES, 1990: 101).

O volume dois, que tem como subtítulo “A Distribuição Geográfica dos Homens” (1891), trouxe alguns novos conceitos, como por exemplo o de ECÚMENO. Enquanto no primeiro volume Ratzel se prendeu aos aspectos dinâmicos da vida do homem, no segundo fixou-se mais nos aspectos estáticos (ESTEBANÉZ: 1983: 49). Entretanto, vários geógrafos salientaram que apesar das modificações a obra ratzeliana manteve um caráter determinista.

“Ratzel, que, por formação, conhecia a fundo a obra de Darwin, se aparta da concepção de Ritter e transvasa conceitos darwinianos ao campo da geografia humana. Sua geografia humana é marcadamente

ecológica sublinhando as relações homem-meio, inspirado na concepção ecológica de Haeckel, e toma a idéia de associação e organização de Darwin, é dizer, considera ao homem como parte de um organismo ecológico vivo” (CAPEL, 1983: 288).

“Ratzel via o homem como um produto final da evolução, uma evolução na qual a mola mestra era a seleção natural de tipos segundo a capacidade de se ajustarem ao meio físico (...) o objetivo final deste ajustamento, caso existisse, fugia ao âmbito de sua pesquisa. Assim é que grande parte de sua obra apresenta certo cunho determinista” (TATHAN: 1960: 575).

Existe um fundo de verdade nas colocações acima, todavia aparecem alguns exageros. Quando Ratzel enfatiza a vocação da natureza em influenciar a ação humana ao mesmo tempo procura colocar que esta ação terá conseqüências diversas conforme as características dos determinados grupos humanos. Ou seja, a natureza age de forma total sobre as sociedades primitivas influenciando-a de forma determinante. Mas esta ação não será determinante em sociedades que já possuem um certo grau de desenvolvimento, o que desta forma atenua o caráter determinista da proposta ratzeliana. Ratzel, sem sombra de dúvidas, seguindo algumas das considerações de Ritter, não pode desconsiderar a variável tempo em suas pesquisas, *“sendo que destaca e concede uma grande importância ao legado histórico”* (ESTEBANÉZ, 1983: 49). Agora, se existe um aspecto onde unanimemente os geógrafos têm concordância é que a Antropogeografia foi o primeiro estudo sistematizado de geografia humana inserindo-se nos meios científicos de sua época. Para Estebanéz a obra de Ratzel consolidou o primeiro “paradigma” em geografia. Ratzel não perdia de vista as dualidades geográficas que vinham há tempos sendo discutidas. Proclamava a necessidade de se partir para um estudo onde prevalecesse a visão de unidade terrestre, ao mesmo tempo em que procurava converter a geografia humana em uma ciência ponte entre a natureza e a cultura.

Devemos reconhecer que a obra de Ratzel restaurava a unidade da geografia que havia sido posta em graves compromissos, principalmente, pela geomorfologia. Conforme um comentador, sua Antropogeografia tendia muito mais para a tradição da Etnografia do que para a tradição das descrições regionais: mais para a tradição de Peschel do que para a de Ritter (TATHAN, 1960: 575). Contudo, não temos muita certeza desse fato, pois mesmo sabendo que em várias passagens Ratzel supera a Ritter seguindo caminhos que o levam a outras preocupações, encontramos numerosas críticas às objeções levantadas por Peschel em relação a Ritter. Em dois aspectos importantes a obra de Ratzel diferia de Ritter. Tratava a geografia humana sistematizadamente e do ponto de vista darwiniano (CAPEL, 1983: 279).

“(...) enquanto Ritter escreveu sobre as relações recíprocas entre o homem e a natureza, relações que eram parte de um todo harmônico servindo à finalidade criativa de Deus, Ratzel tendia a ver o homem como produto do meio, moldado pelas forças físicas que o rodeavam e subsistindo apenas na medida em que se ajustava corretamente às suas condições” (TATHAN, 1960: 575).

Segundo Ratzel, tanto por parte dos geógrafos, como dos historiadores, Ritter não foi bem compreendido. Chegando em certo momento a dizer que Peschel, além de uma compreensão deformada das idéias ritterianas, possuía uma concepção muito restrita da geografia (in: MORAES, 1990: 49). Não obstante, o que distanciou Ratzel de Ritter foi a mudança de um cunho finalista para o materialismo.

3.2. Paul Vidal de La Blache (1845-1918)

Paul Vidal de la Blache iniciou seus estudos em 1865 na Escola Normal Superior licenciando-se em História e Geografia. Apesar de no início de sua carreira ter enveredado para a história (NICOLAS-O, 1980: 9)¹, a partir do ano de 1872 começa a se dedicar a geografia (CLAVAL, 1974: 62). Esta nova orientação pode ter sido resultado do impulso das leituras da obra de Carl Ritter, da qual tomara conhecimento quando de sua viagem, em 1864, a Europa mediterrânea, onde o velho mestre alemão mantinha grande prestígio. Lembramos que Ritter havia dado grande ênfase aos aspectos históricos em sua “ERDKUNDE” o que provavelmente chamou a atenção do jovem professor francês. Vidal teve que efetuar seus estudos de geografia exclusivamente sobre os textos de geógrafos estrangeiros - principalmente alemães - dado que em França até aquele momento tal matéria pouco havia sido ensinada e por estes motivos as suas primeiras obras possuem um caráter pedagógico (CLAVAL, 1974: 62).

No ano de 1872 defendeu em Paris a tese sobre a História das idéias Antigas. Neste mesmo ano é nomeado professor da Universidade de Nancy onde ocorre um fato curioso: havia autorizado a publicação de quatro de suas conferências de inspiração ritteriana, mas logo após ter tido contato com algumas idéias reformadoras da geografia clássica alemã - principalmente de Peschel - proibira tal publicação. Isso não é de se estranhar num profissional que tinha um grande respeito pela verdade e objetividade, o que o impedia de adotar posturas doutrinárias que facilmente poderiam ser postas em contradição (CLAVAL, 1974: 64).

No ano de 1877 transfere-se para a Escola Normal Superior onde prepara grande parte de seu material pedagógico para o ensino de geografia, que começa a ser difundido somente a partir de 1883. Em 1891 funda os Annales de Geographie que foi um órgão de

¹ Segundo ele esta orientação se deu por inclinação ou necessidade.

união entre os geógrafos e naturalistas (NICOLAS-O, 1980: 10). E finalmente chega à Sorbone onde inicia um novo período de trabalhos científicos - como por exemplo o *Tableau Geographique de la France* (1903) - ao mesmo tempo em que assume a direção das teses de geografia regional. É na Sorbone que Vidal desenvolve as críticas - de início bastante corteses - a Ratzel e também a Durkheim (NICOLAS-O, 1980: 10). Dez anos após sua entrada na Sorbone aposenta-se das funções docentes, mas deixando como amostra da força de seu trabalho discípulos nos controles das cátedras, não só na Sorbone, mas em todas as cátedras de geografia existentes na França. Esse fato é compreensível se levarmos em consideração que a geografia era bastante recente em França e que coube a Vidal a organização desta disciplina em todos os níveis do ensino; isto é, querendo ou não, todos geógrafos franceses de então eram oriundos da matriz Vidalina.

No seu último trabalho publicado ainda em vida, *France de l'Est* (1917), Vidal desenvolve uma Geopolítica francesa ao centrar a problemática em torno da Alsácia e Lorena, que havia a muito eram caso de disputa entre França e Alemanha, ao mesmo tempo em que fez duras críticas à Geopolítica alemã originada em Ratzel e a suas tendências expansionistas.

Paul Vidal de la Blache morre em 1918 deixando incompleta aquela que seria sua maior obra (*Principes de la Geographie Humaine*), mas que graças a um de seus discípulos (Emanuel de Martone) foi publicada (em 1921), mesmo de forma inacabada.

Segundo alguns comentadores, a obra de Vidal foi erigida sobre bases muito confusas, chegando mesmo a sugerir que em certos aspectos ela era irracional (NICOLAS-O, 1980: 35), talvez por ser fruto de um intercâmbio permanente entre a filosofia francesa (realista e espiritualista) e a geografia clássica alemã (CLAVAL, 1974: 64) de tipo idealista. Para Claval entretanto, *“a geografia não adquiriu nunca em Vidal a forma de um sistema filosófico”* (CLAVAL, 1974: 66). Uma das razões apontadas por Georges Nicolas-O. *“é que Vidal não tentou definir de forma rigorosa um objeto concreto da geografia”*. Talvez,

parte da confusão assinalada pelos comentadores possa ser atribuída à falta de articulação entre seus textos (não encontramos nele nenhum tratado dogmático tipo a Antropogeografia de Ratzel) os quais somente após sua morte tomaram forma de livro. Pois no “Principes” não aparece uma indicação metodológica precisa, e vários conceitos básicos estão carentes de precisão, como por exemplo, região, ecumeno, etc. Isso é compreensível na medida em que Vidal “*antes de dizer como concebia a geografia, demonstrava como convinha fazê-la*” (CLAVAL, 1974: 66). Na introdução do “Principes de Géographie Humaine” discorre primeiramente sobre a concepção de Geografia Humana, e, apesar de algumas ressalvas, atribui a Ritter as definições do método na investigação geográfica. A continuação, tece considerações sobre o princípio da unidade terrestre apoiando-se na idéia da Terra como um organismo, idéia extraída de Ratzel, autor que cita textualmente (BLACHE, 1952: 30)². Depois, comenta a noção de meio, ressaltando que este conceito penetrou na Geografia, de forma geral, através da Geografia botânica oriunda de Humboldt. Entretanto, foi em Haeckel que ele foi buscar uma definição de meio, ou seja,

“(...) a de um meio compósito, dotado de uma potência tal que pode agrupar, e manter juntamente, seres heterogêneos em correlação recíproca” (BLACHE, 1952: 94).

“Principes de Géographie Humaine” foi considerado por muito tempo, como modelo de Geografia Humana Geral (ESTEBANÉZ, 1983: 56), pois seus três grandes capítulos representam os três principais conceitos desenvolvidos por ele: “gêneros da vida”, “meio de vida” e “circulação”. Os gêneros de vida são produtos e reflexos de uma civilização, “é resultado integral das influências físicas, históricas e sociais que modelam a relação do homem com o meio em um espaço concreto” (ESTEBANÉZ, 1983: 56). Os meios de vida são uma relação entre o meio natural e os gêneros de vida, tendo como resultado uma adaptação dos recursos naturais dos meios por diferentes povos (ESTEBANÉZ, 1983: 56).

² Lembrando que em Ratzel a idéia de organismo era proveniente de Darwin e Haeckel.

E por fim a circulação que movimenta pessoas e materiais fazendo da migração e do comércio, pontos de interesse da análise geográfica.

Claval assinalou que Vidal seguiu seu próprio preceito de método essencial: *“partir sempre da realidade, evitar todo o suspeito da teoria, a construção a priori, ao mesmo tempo que a norma de trabalho deve ser primeiro descrever, logo definir e explicar”* (CLAVAl, 1974: 65). Por este motivo a ênfase na - boa - descrição. Não obstante, notamos que à medida que Vidal foi amadurecendo intelectualmente, seu interesse pelos aspectos naturais das paisagens diminuiu em detrimento dos aspectos sociais, políticos e espirituais, porém jamais abandonando uma ou outra destas visões.

Vidal não foi muito chegado a neologismos, mas não parece ter se contentado em trabalhar com conceitos definitivamente cristalizados. Utilizou-se dos mesmos conceitos de seus predecessores, entretanto, ampliou seus sentidos e alcances. Seu conceito de habitat, por exemplo, onde para ele o homem têm a capacidade e a vontade de transformar seu meio, demonstra notadamente uma visão ampliada das idéias em voga naquela época.

Vidal procurou manter-se dentro da tradição geográfica proveniente de Ritter e Humboldt e no que ela possuía de mais caro - o princípio da unidade terrestre - dentro dos moldes da Geografia geral. Entretanto, orientou seus alunos na elaboração de monografias regionais. Foi sem dúvida um dos fundadores da moderna Geografia regional, fato fácil de entender se considerarmos que ele visitou os mais recônditos lugares da França - a maior parte à pé - para elaboração do Tableau Géographique. O que lhe assaltava o espírito era a diversidade dos lugares que refletia a diversidade humana. Ao que parece, seu método geográfico nasceu da explicação das paisagens físicas e humanas (CLAVAl, 1974: 64).

O ponto mais polêmico em toda sua obra é a afirmação de que *“a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”*. Esta proporcionou os mais variados sentidos de entendimento entre os geógrafos. Para alguns, demonstra o caráter positivista de sua

proposta; para outros, comprova a falta de interesse pelas questões sociais. Entretanto, um fato geralmente olvidado é de que esta afirmação foi erigida com o intuito de delimitar o campo de estudos da Geografia em relação à História e também à Sociologia. Tal afirmação possui um caráter valorativo da ciência geográfica posta em questão pelo próprio desenvolvimento da Geografia Humana. Estamos frente a uma questão epistemológica (e até ontológica) de grande significado para a compreensão da obra vidalina de forma dinâmica. É bom lembrar que ele escreveu esta passagem em um texto intitulado “As Características Próprias da Geografia” e onde na parte sexta diz o seguinte:

“A história e a geografia são companheiras antigas que há muito tempo caminharam juntas e que, como acontece com os velhos conhecimentos, perderam o hábito de discernir as diferenças que as separam. (...) É útil no entanto que, continuando a prestar serviços recíprocos, elas tenham nitida consciência das divergências que existem nos seus pontos de partida e nos seus métodos. A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens; ela se interessa pelos acontecimentos da história à medida que acentuam e esclarecem, nas regiões onde eles se produzem, as propriedades, as virtualidades que sem eles permaneceriam latentes” (BLACHE, 1952: 47).

Nota-se, antes de qualquer vinculação positivista ou anti-social, a preocupação em colocar a Geografia como ciência independente afastando-se da acusação de apêndice da História. Por outro lado, ele procurou mantê-la dentro da tradição ritteriana que dava importância para a História. A ênfase nesta distinção entre História e Geografia deve-se ao fato que para Vidal o homem, como parte da paisagem, estabelece relação com o meio não de forma individual, senão através do legado histórico e dos objetos fixados pelo grupo a que pertence, para tanto a necessidade do estudo histórico.

3.2.1. Algumas Coincidências Filosóficas

Horácio Capel é um dos comentadores que aprofunda as influências filosóficas que direcionaram ou melhor dirigiram a construção da geografia vidalina.

Segundo Capel, a trajetória intelectual de Vidal parte do romantismo ritteriano, para em seguida descobrir a geografia positivista e evolucionista alemã (Peschel & Ratzel), chegando por fim, à filosofia espiritualista francesa. Entretanto, não nos deixa bem claro se esta trajetória foi de agregação ou de conversão. A nosso ver, Vidal parece ter extraído de cada uma destas correntes os aspectos mais convincentes e úteis para a construção de sua geografia humana. Ele não parece ter-se convertido a nenhuma destas correntes, mas soube se beneficiar delas, o que pode caracterizar melhor a diversidade epistemológica a ele atribuída.

Capel escreve algumas linhas a respeito da influência ritteriana e outras poucas sobre a influência positivista alemã (Peschel). Este criticava Ritter, e essas críticas teriam levado Vidal a buscar novas fontes de inspiração, como Humboldt, por exemplo. Devemos salientar no entanto, que em capítulo anterior dedicado exclusivamente à influência do positivismo na Geografia, Capel destacou uma outra influência positivista sobre Vidal: a do francês Frédéric Le Play (1806-1882). Encontram-se entre eles semelhanças notáveis, que para Capel, não podem ser consideradas como meras casualidades. Tal fato pode ser constatado, por exemplo, em “La Méthode Sociales” de LE PLAY (1879), onde no capítulo IV o autor discorre sobre as sociedades e os meios de subsistência. Este livro foi publicado em 1879, mas alguns capítulos faziam parte de uma outra publicação datada de 1855 “Les Ouvriers Européens”. Neste capítulo IV, segundo Capel, podemos encontrar as origens do conceito vidalino de Géneros de Vida (CAPEL, 1983: 329).

Não obstante, para Capel, a influência mais decisiva nas concepções científicas de Vidal provém da filosofia espiritualista de Émile Boutroux (1845-1912) que construiu idéias

que ao final do século XIX enfrentavam, decididamente, o reducionismo naturalista do positivismo (CAPEL, 1983: 331). A influência de BOUTROUX (1915) surgiu provavelmente do convívio, já que ambos foram nomeados no ano de 1877 na Escola Normal Superior de Paris. Para Capel:

“Esta concepción antipositivista, espiritualista e historicista, influirá profundamente em Vidal de la Blache y le ayudará a configurar su propia concepción de la geografía, que dentro de este marco filosófico podía enlazar con sus antiguas raíces ritterianas y enfrentar-se a la geografía alemana contemporánea, a la que pronto él y sus discípulos lanzarán veladas acusaciones de caer en un burdo determinismo” (CAPEL, 1983: 331).

Para Capel aparecem alguns pontos coincidentes entre o pensamento vidalino e as idéias de Boutroux, entre os quais destaca: a aversão de Vidal e de sua escola ao uso das matemáticas (estatística) e a valorização da contingência no estudo do homem, duas características próprias da filosofia de Boutroux. esta ligação entre Vidal e Boutroux também é configurada por Nicolas-O.

“Es necesario recordar, que después de haber publicado entre 1872 y 1875, Vidal de la Blache entra en un periodo de silencio relativo que coincide con su descubrimiento de la filosofía espiritualista de Boutroux (1877). Vidal de la Blache no era de los que se desdican espectacularmente. Al contrario, aprendió a callarse mientras sus ideas no alcanzaban la madurez” (NICOLAS-O, 1980: 12).

Este mesmo comentador também procura confirmar o vaivém permanente da obra vidalina entre as correntes filosóficas alemãs e francesas. Segundo ele, Vidal acolheu a filosofia de Boutroux após contato com O. Peschel que havia se tornado crítico da obra de

Ritter, o que pode ter levado Vidal tanto na direção de Boutroux como na direção de Humboldt (NICOLAS-O, 1980: 12); Isso é atestado também por Capel, como já havíamos referido anteriormente.

Partindo destas constatações, estamos querendo demonstrar que, segundo os comentadores das obras de Ratzel e Vidal, estas duas escolas se diferenciam, principalmente, no que tange aos aspectos filosóficos. Os indícios, apesar de não terem sido levados às últimas consequências, parecem demonstrar que Ratzel era “partidário” da filosofia positivista - o que infelizmente nunca aparece bem esclarecido - e Vidal, por sua vez, havia transitado por várias correntes, o que lhe conferia uma características “polifilosófica”, ou melhor dizendo, uma falta de postura filosófica definida. Em todo caso, Ratzel era o modelo de cientista sincero, cuidadoso e metuculoso que procurava citar todas as suas fontes e diferenciar aquilo que era proveniente de outros pensadores daquilo que lhe era próprio. Por outro lado, Vidal, não compartilhava da mesma preocupação de citar fontes, embora não deixasse de ser por isso um cientista sério. Mas desta forma fica muito difícil atestar as ligações entre suas idéias e as correntes filosóficas da época.

Disso tudo podemos constatar de importante que, se pelo lado conceitual e metodológico as evidências para distinção entre Ratzel e Vidal são muito tênues, pelo lado filosófico nos deparamos com a distinção entre a rigidez filosófica de Ratzel e a maleabilidade filosófica de Vidal, se é que assim podemos dizer.

4. CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

4.1. Uma Questão de Ponto de Vista?

Ao analisarmos as obras de Ratzel e Vidal, notamos uma quantidade de pontos convergentes, tais como: Geografia como ciência descritiva, utilização da indução, referências básicas conceituais e metodológicas provenientes de Ritter, etc... Não obstante, encontramos comentadores que assinalam uma evidente ruptura entre os dois geógrafos. Para Estebanéz, por exemplo, trata-se de dois “paradigmas”: o determinista e o possibilista ou regional. Entretanto, ele faz questão de ressaltar que seu conceito de paradigma não possui o mesmo poder explicativo atribuído por Kuhn quando o aplicou à evolução da ciência (ESTEBANÉZ, 1983: 4). Segundo Estebanéz, paradigma é um conjunto de idéias, teorias, conceitos e técnicas de trabalho compartilhadas por um grupo de geógrafos. Mas para ele, a grande diferença entre Ratzel e Vidal - que delimitaria o caráter paradigmático “determinista” e “possibilista” - situa-se em relação ao método. Ratzel haveria incorporado o método positivista, hipotético-dedutivo, enquanto Vidal pertenceria a uma corrente historicista¹ que não buscava leis através do método hipotético-dedutivo mas sim que tentava compreender os fenômenos humanos através do estudo dos fatos concretos, únicos e irrepetíveis. Na continuação de sua análise assinala:

“Ratzel, que, por formación, conocia a fondo la obra de Darwin, se aparta de la concepción de Ritter y transvasa conceptos darwinianos al campo de la geografía humana. Su Geografía humana es marcadamente ecológica, subrayando las relaciones hombre y medio, inspirado en la concepción de Haeckel, y toma la idea de asociación y organización de

¹ Corrente filosófica que aparece ao final do século XIX como reação ao positivismo.

Darwin, es decir, considera al hombre como una parte de un organismo ecológico vivo” (ESTEBANÉZ, 1983: 46).

Estas afirmações poderiam fazer algum sentido se analisadas de forma parcial sobre determinadas passagens ou tópicos da obra ratzeliana. No entanto, podemos mostrar que tais afirmativas, sob uma análise mais profunda, não se sustentam. Afirma Ratzel:

“A classificação representa o primeiro passo do método indutivo (...) O mapa etnográfico representa o instrumento de indução própria da Geografia do homem. É sob este aspecto principalmente que a Antropogeografia é uma ciência comparada. (...) Esta denominação nos dará ao mesmo tempo oportunidade de recordar como é inexata a concepção daqueles que consideram a geografia como uma ciência dedutiva; porque se é verdade que os geógrafos tem os olhos voltados constantemente para toda a Terra e está sempre pronto a passar das considerações de um método singular à consideração de uma série de fenômenos, isto é, do procedimento analítico ao sintético, esta disposição todavia não significava exatamente a renúncia ao método indutivo, mas que simplesmente usa como recurso um segundo procedimento, do qual a Geografia pode em alguns casos, tirar proveito. (...) O que porém não nos pode levar a esquecer que o método natural da pesquisa antropogeográfica é sempre aquele que é impulsionado pela determinação exata dos fenômenos singularmente considerados” (In: MORAES, 1990: 97-98) (Capítulo 5, volume 1, Antropogeografia: Tarefas e métodos da Geografia do homem, parágrafo 36). (Grifos nossos).

Podemos notar que Ratzel acena com a possibilidade do uso da dedução na análise geográfica, entretanto, salienta a indução como método por excelência o que impede um atrelamento direto ao positivismo, da forma proposta por Estebanéz.

Além dessa questão, temos também o exemplo seguinte: segundo o mesmo comentador, Ratzel afasta-se de Ritter e transvasa conceitos darwinianos em sua Antropogeografia. Sem embargo, outro autor afirma:

“Apesar de su formación como naturalista, Ratzel se abstuvo de hacer uso de las últimas adquisiciones de su época en la definición concreta del medio, del ámbito circundante. Había leído a Ritter y asimilado de él cierta cantidad de nociones capitales que procuró sistematizar. Como hemos visto, fue la configuración de los continentes y la proximidad del mar lo que más señaladamente repercutió en la mente de Ritter. Tras él, Ratzel insistió en la función de la continentalidad, de la insularidad y del espacio sobre el destino de los pueblos” (CLAVAL, 1974: 53).

Concordamos plenamente com Claval, apesar da Antropogeografia girar em torno da relação homem-meio, não aparece nela alguma conceitualização definida acerca do meio. Em compensação, Vidal foi buscar nas lições de ecologia de Haeckel e na Sociologia de Le Play as bases fundamentais para a construção de um dos conceitos mais utilizados por ele: os gêneros de vida.

Ao que tudo indica, para Estebanéz, o que conduz a uma mudança paradigmática de método entre Ratzel e Vidal foram mudanças de postura filosófica entre o positivismo e o historicismo. Não nos parece, entretanto, tão fácil encontrar evidências que enquadram um ou outro em uma destas correntes. Temos que ter em conta que a formação própria de cada um exerceu um peso muito grande na elaboração de suas idéias, mas no momento não

aprofundaremos esta questão deixando-a para análise posterior. Outrossim, devemos destacar que Estebanéz encontra um filão bastante interessante que no entanto não explora.

“(...) Como hemos dicho, un paradigma se desarrolla tomando como base un ejemplar, esto es, una obra que recoge unas directrices, un punto de vista compartido, por la comunidad de geógrafos. Según esto, el paradigma geográfico se desarrollará en torno a un ejemplar (la obra de un maestro muy influyente), cuyas directrices - bases teóricas y metodológicas - se acogeria la comunidad de geógrafos que la pondrían en práctica en sus investigaciones” (ESTEBANÉZ, 1983: 135).

Seguindo por esta ótica, ele ressalta que teríamos então: Ratzel como exemplar do paradigma determinista, Vidal como exemplar do paradigma possibilista, Carl Sauer como paradigma da paisagem e Hartshorne como paradigma corológico, além de Schaefer e Bunge como exemplares da chamada revolução quantitativa. Entretanto, o próprio Estebanéz destrói estas afirmações dizendo que em Geografia:

“(...) en lugar de hablar de procesos revolucionarios que comportan rupturas y cambios bruscos, es más adecuado referirse a procesos graduales, a cambios en la temática, o, mejor aún, a cambios en el énfasis de unos temas por otros, más a una substitución global de un paradigma por otro” (ESTEBANÉZ, 1983: 136).

Ora, todas estas mudanças assinaladas por Estebanéz, podem, ou não, serem indícios de um processo de mudança de paradigma, segundo Kuhn. Em relação a estas afirmações, podemos concordar, por exemplo, que a principal diferença entre as obras de Ratzel e Vidal situa-se nas mudanças de temática, ou de ênfase entre um tema e outro. Notamos que na obra de Ratzel relevo e geologia possuem um peso maior, enquanto na obra de Vidal destaca-se mais a vegetação e o clima. Não obstante, estes fatos por si só não explicam a

grande influência da escola vidalina a nível mundial na tradição de pesquisa. O volume de trabalhos feitos com base na tradição vidalina são incontáveis, o que comprova uma tradição na pesquisa geográfica, como assinala Estebanéz, tal tradição coexistiu com a tradição ratzeliana e também com a proposta de HETTNER (1905). Mas inegavelmente, destas, a vidalina teve maior difusão.

Por esses motivos, Estebanéz rechaça a proposta de Kuhn, já que este nunca fala, em seu modelo, de coexistência de paradigma, enquanto que na geografia as idéias de Ratzel e Vidal convivem durante anos. Entretanto, continua afirmando que o determinismo e o possibilismo são paradigmas diferentes. O que mais surpreende é que em momento algum Estebanéz dá exemplos, de qualquer espécie, que demonstrem ou caracterizem mudanças paradigmáticas - no sentido entendido por ele - entre Ratzel e Vidal de la Blache. Contudo, podemos considerar que apesar de Kuhn não falar em coexistência de paradigma - o que não parece ser de todo verdadeiro - procura mostrar como é difícil a conversão dos partidários do antigo paradigma para um novo, devido principalmente a “incomunicabilidade” dos paradigmas. Muitas vezes esta conversão não acontece e o novo paradigma só se impõe definitivamente após a morte dos cientistas refratários.

Queremos deixar bem claro que Ratzel e Vidal fizeram escola na tradição geográfica. Não estamos tentando, neste ensaio, negar tal fato, mas não podemos, entretanto, acreditar que tal distinção deva ser feita mediante critérios didáticos ou apenas cronológicos.

4.2. Os Conceitos

Os conceitos que mais se destacam na obra dos geógrafos em questão são: Gêneros de vida, Região e Meio.

Para Ratzel os Gêneros de vida eram provenientes da influência que as condições naturais exercem sobre o modo de ser dos homens ou sobre suas atividades. Para Vidal as associações humanas, do mesmo modo que as associações vegetais e animais, compõem-se de elementos diversos submetidos à influência do meio caracterizando seus Gêneros de vida.

Com relação à este conceito não conseguimos notar alguma mudança significativa que caracterize uma ruptura. Um observador mais atento poderia insinuar que as expressões “influência das condições naturais” (Ratzel) e “influência do meio” (Vidal) encerram uma distinção sutil. Esta sutileza no entanto perde importância quando analisamos o conceito vidalino de “meio”. Vidal diz:

“Os fatos da Geografia humana ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por estes são explicáveis; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, resulta da combinação das condições físicas” (BLACHE, 1952: 30).

Ora, o conceito de “Meio” utilizado, tanto por Ratzel como por Vidal, é proveniente de Haeckel como já assinalado anteriormente². Podemos notar ainda, na citação anterior, a manutenção da tendência “espacialista” quando Vidal diz “em cada lugar da Terra”; proveniente da tradição ritteriana à qual Ratzel também esteve vinculado. Parece haver, uma diferença na concepção vidalina ao falar em “lugar” em vez de “espaço”. Segundo alguns comentários, esta diferença resulta de pressões do âmbito profissional, ligadas, inclusive, à própria utilidade da Geografia na Alemanha e na França. Enquanto o trabalho de Ratzel possuía o objetivo disfarçado de “defesa do expansionismo bismarkiano” ligando a noção de espaço aos limites dos Estados, o trabalho de Vidal foi o de estabelecer limites “regionais” com fins administrativos. Deste modo, podemos dizer que a distinção feita com relação à

² Ver p.37 do Capítulo sobre Vidal.

utilização dos termos espaço e lugar originou-se na própria prática profissional destes geógrafos, ligados sem dúvida a questão da Formação Social.

Com relação ao conceito de “Região” aparecem diferenças que poderiam resultar significativas. O conceito ratzeliano de região aparece ligado aos aspectos físicos da paisagem. Vidal, apesar de reconhecer o conceito de “região natural” - principalmente dos grandes domínios vegetais e climáticos - admite que a Região pode ser definida pelos cortes de relevo, clima, solo, vegetação bem como pela agricultura, mineração, indústria, comunicações e habitat, pedaços unidos e arrumados em uma paisagem visível, formando um todo orgânico... (ESTEBANÉZ, 1983: 57).

Creemos que apesar do conceito vidalino de Região ser mais complexo não demonstra uma ruptura em relação à conceituação anterior. Em primeiro lugar, parte do mesmo princípio: a paisagem. Em segundo lugar, mantém a visão orgânica de espaço nos mesmos moldes ratzelianos. Não pretendemos negar que Vidal tenha ampliado o conceito tornando-o mais significativo e abrangente, não obstante, concluímos que o conceito nesta forma mais evoluída é um amadurecimento que não significa, em nosso entendimento, uma mudança significativa da tradição geográfica. Trata-se sem dúvida de um avanço, mas não de uma ruptura radical que caracterize - como foi feito por Estebanéz - a criação de um novo paradigma, nem nos moldes kuhnianos nem nos moldes seguidos por Estebanéz. Mais adiante voltaremos a frisar este ponto.

5. O POSITIVISMO E O HISTORICISMO COMO POSSIBILIDADES CONCEITUAIS PARA UMA MELHOR INTERPRETAÇÃO ENTRE A GEOGRAFIA DE RATZEL E A DE VIDAL

Em nosso trabalho, até o momento, levantamos alguns indícios que foram constatados através das leituras de Ratzel e Vidal, bem como de seus comentadores, de algumas evidências que podem indicar diferença entre a geografia de ambos. Constatamos que existe uma certa unanimidade, entre os geógrafos, em considerar Ratzel diferente de Vidal, diferença esta que sempre aparece relacionada às posições filosóficas entre Positivismo e Historicismo. Apesar da ênfase atribuída a esta relação variar de comentador para comentador, todos sem exceção, compartilham desta posição, que atribui a Ratzel características positivistas e a Vidal características historicistas.

Para os historiadores da geografia, o Positivismo nesta ciência, apareceu junto a corrente convencionalmente denominada “Determinista” ou também conhecida pelo termo “Ambientalista”. Por outro lado, o Historicismo teria gerado a corrente denominada “Possibilista” termo cunhado por FEBVRE (1925). Estes Historiadores da geografia partiram do pressuposto - que não nos parece falso - de que os exemplos essenciais da oposição entre o Positivismo e o Historicismo podem ser sintetizados, pelas contraposições entre: dicotomia natureza-sociedade e monismo metodológico, estudo idiográfico e estudo nomotético, idealismo e empirismo, ênfase no desenvolvimento histórico e a-historicidade, compreensão e explicação (CAPEL, 1983: 272). Estas diferenças significativas deveriam então ser encontradas entre Ratzel e Vidal.

5.1. O Monismo Positivista e a Contraposição Dualista do Historicismo

Para os Positivistas, o modelo de cientificidade é oriundo das ciências da natureza, principalmente da biologia e da física matemática, e foi extrapolado para todas outras ciências, inclusive, as ciências sociais. Podemos afirmar, com base em CAPEL, que este reducionismo é derivado do postulado filosófico da unidade da ciência e do método científico, ou mais ainda, da oposição ao dualismo cartesiano e, mais recentemente, kantiano entre o mundo físico e o moral (CAPEL, 1983: 272). Na geografia, o principal impacto desta concepção monista proveio da biologia evolucionista: a generalização do conceito de organismo que gerou o conceito de organismo terrestre.

O conceito de organismo terrestre foi utilizado, tanto por Ratzel, como por Vidal. Ao que tudo indica, este conceito teve como função primeira reforçar um dos princípios essenciais da geografia do século XIX, o princípio da Unidade Terrestre.

Tanto Ratzel como Vidal guiaram-se por esta concepção, o que pode indicar a existência de uma relação entre eles e a corrente positivista o que, de certa forma, contraria a argumentação dos comentadores de que aqueles autores pertencem a correntes diferentes. O que chama a atenção é que o conceito da organicidade aparece, tanto na Antropogeografia como nos Princípios de Geografia Humana, nos capítulos dedicados à metodologia. Não o encontramos depois, em outros capítulos, ao tratar de exemplos concretos, o que parece confirmar nossas suspeitas de que este conceito serviu principalmente para reforçar o princípio de Unidade Terrestre, que por sua vez, tinha como objetivo a definição das características próprias da ciência geográfica e sua conseqüente afirmação entre as ciências em geral. Não estamos procurando negar a influência deste conceito, entretanto, não nos parece que tal conceito - o de organismo - tenha influenciado sobremaneira as concepções ratzeliana e vidalina, como tem sido afirmado até o momento (ESTEBANÉZ, 1983: 49). Desta forma, podemos concluir que o conceito de organismo,

que tem origem positivista, não parece ser o ideal para definir o atrelamento do conteúdo das teorias de Ratzel e ou Vidal à corrente positivista, da mesma forma que não nos permite defini-las, por enquanto, como “Ambientalistas”.

Os geógrafos têm destacado Vidal de la Blache como representante da corrente historicista o que o coloca necessariamente, dentre aqueles que estimularam a dualidade história-natureza. É sabido que o Positivismo entrou em crise em fins do século XIX, e que esta crise se estendeu principalmente nas jovens ciências sociais. Frequentemente Vidal, tem sido “acusado” de utilizar-se das idéias de cunho historicistas, principalmente, para tentar afastar-se do “determinismo” alemão. Não obstante, encontramos sérias dificuldades ao tentar ligar o nome de Vidal à corrente historicista, dá mesma forma que é difícil ligar Ratzel a um anti-historicismo. Um dos problemas encontrados é o da impossibilidade de negar a influência positivista, que parece ser bem maior do que a influência historicista. Seria impossível que ele não tivesse recebido tal influência, já que o positivismo tinha se generalizado por todos os círculos acadêmicos de então. Entretanto, nada o impedia de ir beber em outras fontes; como o espiritualismo - principalmente no final do século XIX que é o momento em que o movimento anti-positivista começa a tomar força. Quando Vidal começa a afirmar que tudo que se refere ao homem é afetado pela contingência passa a dar mostras de um relacionamento com o espiritualismo de BOUTROUX (1915)¹. Apesar disso, existe em Vidal uma aparente confusão, que neste caso torna-se uma contradição, como é assinalado por CAPEL (1982: 333): ao contrário dos anti-positivistas da época, que faziam uma separação nítida entre natureza e sociedade Vidal, por pressões acadêmicas, ou não, viu-se na obrigação de defender o monismo para a unidade da ciência geográfica, o que permitia o seu fortalecimento frente à divisão que vinha se estabelecendo entre Geografia física e Geografia humana. Este fato também se nota em Ratzel, que no entanto havia resolvido, aparentemente, o problema dando maior peso a natureza em detrimento a história.

¹ Ver página 40.

Parece-nos que a geografia de Vidal foi erigida em meio a um intenso fogo cruzado. De um lado as exigências da academia - perigo da dicotomia história-natureza - por outro, as exigências do nacionalismo francês que pressupunha uma crítica à geografia alemã de marcada característica expansionista (Ratzel), e também por exigências - mais recentes - do anti-positivismo que o empurravam de encontro ao problema da dualidade. Ao nosso ver, este ciclo “vicioso” só será rompido pelos discípulos de Vidal que terão as condições necessárias para levarem à frente a crítica anti-positivista reforçando a dicotomia através de suas teses de cunho regional, o que possibilitou ainda, jogar a geografia ratzeliana ao ostracismo.

5.2. Historicismo e A-Historicismo

Outro indicador, normalmente utilizado, que caracteriza uma distinção entre Positivismo e Historicismo relaciona-se a forma como é utilizada a História. Para alguns, o Positivismo é caracterizado por uma análise que não considera a evolução histórica. Por outro lado, caracteriza-se o Positivismo de uma forma mais branda, como uma análise onde não se exclua a perspectiva histórica, mas que no entanto, não elege tal perspectiva como uma das principais categorias explicativas para a ciência. Obviamente, teria sido o suicídio do positivismo se resolvesse ignorar completamente a dimensão histórica, principalmente na análise da realidade social.

Assim, nos parece mais coerente utilizarmos, como parâmetro para nossa análise, a proposta mais branda de caracterização do Positivismo.

Em relação aos conteúdos metodológicos de Ratzel e Vidal nas obras “Antropogeografia” e “Princípios de Geografia Humana” pode-se afirmar que ambos

partilham a posição de que a história é uma grande auxiliar para as análises em Geografia humana, mas tendo sempre em mente que o mais importante são as causas geográficas, ou seja, o meio físico. Ratzel diz:

“(...) quando no estudo antropogeográfico nos encontramos diante de um fato cujas condições atuais não bastam para explicar, então é necessário voltar os olhos ao passado e buscar aí as causas que o presente não nos revela, sem o que cairia em um erro de lógica elementar” (In MORAES, 1990: 100).

Devemos levar em consideração que quando Ratzel fala em voltar os olhos ao passado esta se referindo tanto a história natural como também à social. Desta forma, ele atenua um certo determinismo que normalmente lhe é atribuído. Parece que também Vidal - por caminho inverso - procurou valorizar, até certo ponto, as influências geográficas ao criticar o determinismo histórico.

“(...) à maioria dos historiadores e sociólogos a Geografia não interessa senão a título consultivo. Parte-se do homem para chegar ao homem; representa-se a Terra como o (palco onde se desenrola a actividade do homem), sem reflectir que o mesmo palco tem vida. O problema consiste em dosear as influências sofridas pelo homem, em aceitar que uma certa espécie de determinismo actuou no decurso dos acontecimentos da História. Assuntos sem dúvida sérios e interessantes, mas que para serem resolvidos exigem um conhecimento simultaneamente geral e profundo do mundo terrestre, conhecimento que não foi possível obter senão recentemente” (BLACHE, 1952: 29).

Creemos que o que se pode desprender das afirmações anteriores está relacionado às imposições da sobrevivência ou afirmação da ciência geográfica mais do que à

caracterização de uma postura filosófica. Verifica-se o esforço, por um lado, de um geógrafo com formação originária em geologia tentando defender o uso da história pela geografia humana, enquanto por outro lado, temos um geógrafo de formação originária em história defendendo a importância desempenhada pelos aspectos naturais na elaboração de uma geografia.

Fica a impressão de que a força de uma orientação geral da comunidade científica moldou as características individuais dos geógrafos e que levaram, Ratzel e Vidal, a buscarem um “equilíbrio” entre natureza e história afetando sobremaneira suas convicções pessoais que por sua vez são produtos de suas formações originais, mas não nos esquecendo no entanto da força de suas próprias individualidades, como ressalta Kuhn:

“(...) embora os valores (aqui a valorização da natureza e da história) sejam amplamente compartilhados pelos cientistas e este compromisso seja ao mesmo tempo profundo e constitutivo da ciência, algumas vezes a aplicação dos valores é consideravelmente afetada pelos traços de personalidade individual e pela biografia que diferencia os membros do grupo” (KUHN, 1990: 230).

A pergunta que fica é relativa a constatação de alguns comentadores das obras de Ratzel e Vidal que afirmam - como por exemplo CLAVAL (1974) - existir um distanciamento entre suas concepções metodológicas e suas práticas de pesquisa, ou seja, seu atrelamento a determinada corrente filosófica ocorreu por convicção ou por persuasão?

5.3. Geografia Idiográfica X Geografia Nomotética

Outra característica utilizada para distinguir a corrente historicista da corrente positivista é relativa a utilização da abordagem idiográfica em detrimento da abordagem nomotética. Windelband no final do século XIX fazia uso desta distinção². Em Geografia estes conceitos foram popularizados por Richard Hartshorne no final da década de 1930 quando afirmava que *“a Geografia Idiográfica seria uma análise singular (de um só lugar) e unitária (tentando aprender vários elementos) enquanto que a Geografia Nomotética deveria ser generalizadora”* (MORAES, 1981: 89).

Através desta ótica podemos afirmar que tanto a Antropogeografia como os Princípios de Geografia Humana ficariam enquadrados dentro da perspectiva nomotética, já que são generalizadoras. Por outro lado, se atentarmos aos textos destes dois geógrafos, dispersos nos vários periódicos da época, aparecem várias análises de cunho idiográfico, principalmente em relação a Vidal. Mas mesmo assim, ambos geógrafos mantiveram-se atrelados aos princípios básicos da “Geografia Tradicional” Princípio da Unidade Terrestre, Princípio de Conexão, Princípio da Comparação, Princípio da Extensão, etc.; princípios estes que garantiam a unidade e as características próprias da ciência geográfica, dando força ao caráter nomotético desta ciência³.

O ponto em que podemos realmente nos agarrar para tentarmos fazer uma distinção entre a geografia humana de Ratzel e Vidal situa-se no âmbito da utilização do conceito de “Região”.

² Windelband clasificó las ciencias de la naturaleza en nomotética e ideográfica. Las primeras se preocuparían por lo constante y permanente, y tratarían de descubrir las leyes de la naturaleza mientras que las segundas se interesarían por lo único o singular, por los hechos o acontecimientos, por las condiciones circunstanciales en tiempo y en el espacio.

³ A geografia passou a possuir um caráter realmente idiográfico com a geografia regional de Alfred Hettner (1859-1941).

Não estamos querendo afirmar com isso que existe uma barreira que separe estes dois geógrafos em relação a este conceito. O que se percebe é que existe diferença em relação a ênfase dada por Vidal que eleva a região a uma categoria explicativa da realidade. Isto é, região não se resume, para Vidal, apenas a um conceito, serve também como objeto e método.

Por sua parte, Ratzel relaciona a região aos aspectos naturais, ou seja, sempre que usa o conceito não necessita acrescentar o termo natural, pois o mesmo já está subentendido. Para os aspectos humanos que aparecem caracterizados dentro de um determinado espaço Ratzel lança mão de outro termo, o de Território. Desta forma o território significa uma determinada porção do espaço habitada por homens que possuem e compartilham características semelhantes e que controlam este espaço através da presença do Estado. Se esta análise estiver correta, podemos afirmar então que, pelo menos no sentido de um objeto de estudo, tal concepção de Território possui uma característica bastante moderna aproximando-se do que se conhece hoje em geografia como Formação Sócio-Espacial. Para Ratzel os limites do território podem ser físicos, as águas para as ilhas, ou ainda montanhas, selvas, pântanos, etc... Mas podem também serem limites políticos determinados única e exclusivamente por relações sociais: economia, etnia, guerras, etc.

Não encontramos na geografia humana de Vidal afirmações que denotem a utilização das categorias de Estado e Território, pelo menos não da mesma forma que foi empregada por Ratzel. Sem dúvida podemos afirmar que esta diferença provocou mudanças nas concepções de Geografia Humana destes dois geógrafos, mas a dificuldade que se impõe é a de saber destacar estas diferenças.

6. CONCLUSÃO

A história do pensamento geográfico, bem como da própria ciência geográfica, sofreu e continua sofrendo nas mãos das dualidades. Nada mais dicotômico do que as interpretações feitas pelos historiadores e comentadores das obras geográficas, sobretudo no que tange as análises interpretativas de Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. Pode-se notar, nestas análises, mesclas que variam entre Racionalismo Científico, nacionalismo exacerbado e envolvimento sentimental. É evidente que tais fatores constituam regra geral nas análises da história da ciência como um todo não significando, no entanto, que tais análises partam de concepções paradigmáticas diferentes.

Muitos historiadores das ciências acreditam que a análise de determinados períodos da história das ciências sofram alterações significativas já que o momento paradigmático em que encontra-se o historiador não é o mesmo momento em que encontrava-se um historiador precedente. Entretanto, para Thomas Kuhn, tais argumentos são insustentáveis pois as análises de determinados períodos da ciência devem ser efetuados, sempre, com os olhos “do passado” e não com os do presente. Isto é, o cientista objeto deve ser encarado em relação ao grupo científico de sua época; aqueles que compartilhavam um mesmo paradigma.

Desta forma, toda as tentativas de análises, por nós efetuadas, com base nos comentaristas de Ratzel e Vidal, não permitiram constatar que eles compartilhavam uma mesma visão de mundo o que, no entanto, não descarta tal possibilidade. Uma hipótese sugerida, e que nos parece verdadeira, é de que tanto Ratzel como Vidal mantiveram-se fiéis seguidores da linha fundada por Karl Ritter; e que em nosso pensar seria um paradigma. Portanto, Ratzel e Vidal mantiveram-se fiéis a visão de mundo do velho mestre alemão o que, de modo algum, os impediu de alçarem vôos por outras correntes e métodos que

permitiram um maior desenvolvimento da ciência geográfica. Estebanéz (1983: 35), a nosso ver de forma feliz, define paradigma como o desenvolvimento de uma obra compartilhada, que foi exatamente o que Ratzel e Vidal fizeram: compartilharam a ERDKUNDE de Ritter construindo assim uma continuação do discurso geográfico. A força que a Geografia possuía na virada do século não era proveniente apenas da sua utilidade mas, principalmente, da sua sólida constituição paradigmática.

As divergências, assinaladas pelos comentadores, entre a geografia de Ratzel e Vidal estavam ligadas as condições de suas atividades profissionais e que derivavam, por sua vez, do quadro imposto pelas formações sociais a qual estavam inseridos; por isso a nossa ênfase em apresentar um capítulo isolado onde descrevemos - rapidamente - estas formações sociais distintas.

Não obstante, o mais complicado, a nosso ver, são as tentativas de enquadramento deles às correntes positivistas e historicistas respectivamente como desejam muitos. A ênfase do capítulo V é exatamente sobre este ponto. O que parecia um consenso acaba se tornando objeto de grandes divergências. Paul Claval (1974), por exemplo, chega a afirmar que existia um distanciamento entre as concepções metodológicas e as práticas de pesquisa destes dois geógrafos; o que de certo modo nos parece verdadeiro. Ainda segundo Claval, este distanciamento entre os conceitos metodológicos e a prática de pesquisa estava ligado a questão da manutenção de seus trabalhos dentro dos ditames do círculo científico dos geógrafos da época. Mesmo assim não parece haver um grande fosso entre a obra ratzeliana e a vidalina. Nada que apresente as características de uma ruptura epistemológica, mudança de paradigma ou revolução científica.

As confusões efetuadas pelos comentadores, querendo atribuir diferenças paradigmáticas entre Ratzel e Vidal, são compreensíveis. Ritter desenvolveu sua obra sobre bases do Romantismo Alemão que possuía características espiritualistas e historicistas. Em determinadas passagens Ratzel parece compartilhar de uma postura materialista que

contraria o espiritualismo ritteriano. Mesmo que Ratzel realmente cultivasse o materialismo, como base filosófica, não significaria, de modo algum, uma ruptura epistemológica frente a Ritter e ao Romantismo Alemão. A ruptura epistemológica, ou nos termos de KUHN, a mudança de paradigma, não significa apenas uma questão de comportamento filosófico, mas sim de um grande número de fatores entrelaçados que pode até comportar uma mudança de tal natureza. Não é falso afirmar que Ratzel se distancia de Ritter filosoficamente o que, no entanto, não significa dizer que Ratzel abandonava o velho mestre para enveredar por caminhos totalmente distintos.

Por que se assim fosse dificilmente haveria tradição científica em qualquer área do conhecimento. Como costuma ressaltar KUHN, o mais importante para o desenvolvimento das ciências não são os períodos de “Revoluções Científicas” - ao contrário do que muitos pensam à respeito - mas sim os períodos de normalidade onde a tradição permite um desenvolvimento regular e constante da mesma forma como ocorreu na geografia da virada do século XIX para o século XX.

“Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada” (KUHN, 1990: 30).

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. Porto, Afrontamento, 1984.
- ANDRADE, Manoel Correa de. (Org.). Elisee Reclus. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 49. São Paulo, Ática, 1985.
- AQUINO, Rubin S.L. et all. História da Sociedade. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.
- ATLAS HISTÓRICO ESCOLAR DO MEC 1983.
- BECK, Hanno. Carl Ritter Gênio da Geografia. Bonn, Bad Godsberg, 1979.
- BERGEVIN, Jean. Determinismo e Geografia. Texto Inédito, Mimeo., 1991.
- BERGEVIN, Jean. Déterminisme et Géographie: Hérodote, Strabon, Albert le Grand et Sébastian Münster. (Travoux de Département de Géographie de Université Lava). Présenté à l'Origine comme thèse, Sainte-Foy, le presses de l'Université Laval, 1992.
- BERNAL, J.D. Science in History, 4 Volume, Cambridge, Massachussetss, 1979.
- BERRY, Brian J.L. "Un Paradigma para la Geografia Moderna". In: CHORLEY, Richard J. Nuevas Tendências en Geografia. Coleccion Nuevo Urbanismo. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1975. pp. 13-38.
- BOUTROUX, Émile. De la Contingence de lois de la nature. Paris, 1915.
- LA BLACHE, Paul Vidal de La. Principios de Geografia Humana. 2.ed. Lisboa, Cosmos, 1952.
- _____. "As Características Próprias da Geografia". In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo, Difel, 1982. pp. 37-47.
- BROECK, Jan O. M. Iniciação ao estudo da Geografia. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- CAPEL, Horácio. Filosofia y Ciência en la Geografia Contemporanea. Barcelona, Barcanova, 1983.
- CHATELET, François. "Hegel e a Geografia". In: Geosul, nº 7, 1º semestre de 1989, Departamento de Geociências - UFSC. pp. 45-62.

- CHILSOLM, Michael. Geografia Humana, Evolução ou Revolução. Rio de Janeiro, Interciência, 1979.
- CHORLEY, Richard & HAGGET, Peter (Org.). Modelos Integrados em Geografia. São Paulo, Ed. da USP, 1974.
- CLAVAL, Paul. Evolucion de la Geografia Humana. Barcelona, Oikos-Tau, 1974.
- DOLFUS, Olivier. O Espaço Geográfico. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973.
- ESTEBANÉZ, José. Tendencias y Problematica Actual de la Geografia. Madrid, Cincel, 1983.
- FEBVRE, Lucien. La Tierra y la Evolución Humana. Barcelona, Cervantes, 1925.
- FERREIRA, Conceição Coelho & SIMÕES, Natercia Neves. A Evolução do Pensamento Geográfico. Lisboa, Gradiva, 1986.
- FEYRABEND, Paul. "Consolando o Especialista". In: LAKATOS, Inre e MUSGRAVE, Alan (Org.). A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento. São Paulo, Cultrix, 1979.
- GEORGE, Pierre. Os Métodos da Geografia. São Paulo, Difel, 1973.
- GRANÖ, Olavi. Las Influencias Externas y los Cambios Internos en el Desarrollo de la Geografia. In: Geo-Crítica nº 40 ¿ Paradigmas en Geografia? Univ. de Barcelona. Barcelona, julio, 1982.
- HARTSHORNE, Richard. Propósitos e Natureza da Geografia. São Paulo, Hucitec, 1978.
- HARVEY, David. Explanation in Geography. Arnold London, 1969.
- _____. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo, Hucitec, 1980.
- HESSEN, Johannes. Teoria do Conhecimento. 8.ed. Coimbra, Armenio Amado, 1987.
- HETTNER, Alfred. "Das Wesen und die Methoden der Geographie". Geographische Zeitschrift, XI (1905).
- HUMBOLDT, Alexander von. Quadros da Natureza. 2 Vol. São Paulo, W.M. Inc., 1952.
- ISNARD, Hildebert. O Espaço Geográfico. Coimbra, Almedina, 1982.

- JOHNSTON, R.J. Geografia e Geógrafos. São Paulo, Difel, 1986.
- KAUTSKI, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- KUHN, Thomas S. "A Função do Dogma na Investigação Científica". In: LAKATOS, Inre & MUSGRAVE, Alan (Org.). A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento. São Paulo, Cultrix, 1979.
- _____. La Tension Esencial. México D.F., Fondo de Cultura Econômica, 1987.
- _____. A Estrutura das Revoluções Científicas. 3.ed. São Paulo, Perspectiva, 1990.
- LEBON, J.H.G. Introdução a Geografia Humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.
- LE PLAY, Frédéric. "La Méthode Sociales". In: LAZARSFELD, P. "Le Play et sa Méthode D'Observation". Philosophie des Sciences Sociales, pp. 129-162. Paris, Galimard, 1970.
- MARTINS, Luciana de Lima. A Natureza da Paisagem em F. Ratzel. (Tese de Mestrado) UFRJ, Rio de Janeiro, 1994. Mimeo.
- MEGALE, Januario Francisco (Org.). Max Sorre. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 46. São Paulo, Ática, 1990.
- MENDOZA, Josefina Gonmez et al. Pensamento Geográfico, Estudio Interpretativo y Antologia de Textos. Madrid. Alianza, 1982.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, Pequena História Crítica. São Paulo, Hucitec, 1981.
- _____. A Gênese da Geografia Moderna. São Paulo, Hucitec, 1989.
- _____. (Org.). RATZEL. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 46. São Paulo, Ática, 1990.
- NICOLAS-O, Georges. Paul Vidal de La Blache entre la filosofia francesa y la geografia alemana. In: Geo-Crítica nº 35, septiembre, 1980, 42p.
- PEREIRA, Raquel M.F. do Amaral. Da Geografia que se Ensina a Gênese da Geografia Moderna. Florianópolis, UFSC, 1989.
- QUAINI, Massimo. A Construção da Geografia Humana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

- RANGEL, Ignácio. História da Dualidade Brasileira. São Paulo, Melhoramentos, 1957.
- RECLUS, Elisee. El Hombre y la Tierra. Mexico D.F., Fondo de Cultura, 1986.
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo, Hucitec, 1980.
- _____. Espaço e Sociedade. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1982.
- SKILLING, H. An Operatind View: American Scientist, 52, 388a-396a, 1964.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução a Geografia. Petrópolis, Vozes, 1987.
- STODART, David. El Concepto de Paradigma y la Historia de la Geografia. In: Geo-Critica Barcelona, Universidad de Barcelona, julio 1982.
- TATHAN, George. A Geografia no Século XIX. In: Boletim Geográfico nº 157. Rio de Janeiro, jul./ago., 1960.
- THOMPSON. E.P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VILLENEUVE, Paul. Um Paradigma para o Estudo da Organização Espacial da Sociedade. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 33(242): 18-30, set./out., 1974.
- WOOLDRIDGE, S.W. e EAST, W.G. Espíritos e Propósitos da Geografia. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.